

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VÍTOR OLIVEIRA

**O COMITÊ DE SANTA FÉ E A DOUTRINA NORTE-AMERICANA PARA
A AMÉRICA LATINA**

Porto Alegre

2024

VÍTOR OLIVEIRA

**O COMITÊ DE SANTA FÉ E A DOCTRINA NORTE-AMERICANA PARA
A AMÉRICA LATINA**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Vítor

O Comitê de Santa Fé e a doutrina norte-americana para a América Latina / Vítor Oliveira. -- 2024.

52 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. América Latina. 2. Estados Unidos. 3. Comitê de
Santa Fé. 4. Imperialismo. 5. Neoliberalismo. I. de
Oliveira de Castro, Henrique Carlos, orient. II.
Título.

VÍTOR OLIVEIRA

**O COMITÊ DE SANTA FÉ E A DOCTRINA NORTE-AMERICANA PARA
A AMÉRICA LATINA**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro - Orientador

UFRGS

Prof.^a Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira

UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González

UFRGS

AGRADECIMENTOS

A conclusão de minha graduação envolve o apoio de diversas pessoas e instituições às quais gostaria de prestar aqui meus agradecimentos pela viabilização dos meus estudos e de meu desenvolvimento pessoal. Agradeço, primeiramente, à sociedade brasileira pela contribuição que me possibilitou ter acesso à educação formal de maneira pública e gratuita ao longo de dezoito anos e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oferta de um curso superior de qualidade e de uma experiência universitária privilegiada.

Agradeço às minhas professoras das escolas São Miguel e Engenheiro Frederico Horta Barbosa de Minas do Leão, por todos os anos de ensino e encorajamento da minha trajetória pessoal. Agradeço, igualmente, aos professores com quem tive aula nos últimos anos junto à UFRGS e à professora Analúcia Danilevicz Pereira e ao professor Rodrigo Stumpf González pela disponibilidade para avaliar este trabalho. Agradeço, sobretudo, ao meu orientador, professor Henrique Carlos de Oliveira de Castro, pelo auxílio na construção deste trabalho e pela gigante contribuição com a minha formação.

Agradeço ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Cultura Política, Estado e Relações Internacionais (CESPRI) e suas integrantes, por toda a convivência que me ensinou o significado e a importância da construção coletiva do conhecimento, pelas muitas ajudas prestadas desde meus primeiros dias no grupo e por serem grandes exemplos na vida acadêmica. Agradeço, também, ao projeto UFRGSMUN, pelas inúmeras experiências únicas que colaboraram com meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço imensamente aos meus colegas e amigos, Gabriela Bonness, Larissa Pires, Lucas Isdra, Lucca Medeiros, Mariana Missiaggia, Mirella Vargas, Natan Schumann, Rafael Both e Thyago Frizzo que se aventuraram comigo no estudo das Relações Internacionais e compartilharam de maneira mais próxima as vivências da graduação, mesmo que em parte distantes pela pandemia de Covid-19.

Por fim, agradeço especialmente àqueles que me acompanham ao longo de toda a vida: aos meus pais, Leonardo e Fabiane, por todo amor, dedicação e apoio incondicional a todas minhas escolhas; aos meus avós, Elaine, Danilo e Thereza e à minha tia, Alice, por todo carinho, suporte e cuidado; e à minha irmã, Letícia, por toda a companhia e incentivo.

O passado nos conta coisas que interessam ao futuro.

Eduardo Galeano

RESUMO

Este trabalho discute a aplicação de propostas de política externa formuladas por um grupo de influência conservador para serem executadas pelos Estados Unidos na América Latina. Este grupo, denominado Comitê de Santa Fé, elaborou na década de 1980 uma série de propostas e análises de conjunturas a serem apresentadas para o então presidente republicano Ronald Reagan. Suas propostas, quando executadas, marcaram a atuação internacional dos Estados Unidos e um novo modelo de estabilização de sua hegemonia na região. As propostas envolvem uma série de medidas militares e securitárias denominadas conflitos de baixa intensidade, bem como o uso de organismos e regimes internacionais de caráter financeiro e econômico para garantir o controle dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos. Tal atuação norte-americana se alinha ao padrão histórico de conduta do país em exercer um domínio imperialista de caráter civilizatório com origens no *ethos* da sociedade norte-americana de excepcionalismo e universalismo. A metodologia utilizada foi de revisão de bibliografia para tratar das questões históricas de imperialismo, do Comitê de Santa Fé — mesmo que havendo pouca literatura sobre o assunto — e para a diplomacia dos Estados Unidos e, também, de análise de conteúdo qualitativo e quantitativo dos documentos redigidos pelo Comitê de Santa Fé. Como conclusão, o trabalho expõe que a doutrina Reagan traz um caráter de urgência na luta dos Estados Unidos contra o comunismo e a União Soviética, se servindo do sistema econômico neoliberal, para além das tradicionais práticas militares, como sustentador de uma etapa contemporânea do imperialismo.

Palavras-chave: América Latina. Estados Unidos. Comitê de Santa Fé. Imperialismo. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This monograph discusses the application of foreign policy proposals formulated by a conservative influence group to be implemented by the United States in Latin America. This group, called the Santa Fé Committee, prepared in the 1980s a series of proposals and analyzes to be presented to the Republican president Ronald Reagan. Their proposals, when implemented, marked the international performance of the United States and a new model for stabilizing its hegemony in the region. The proposals involve a series of military and security measures called low-intensity conflicts, as well as the use of international organizations and regimes of a financial and economic nature to guarantee United States control over Latin American countries. Such North American action aligns with the country's historical pattern of conduct in exercising imperialist rule of a civilizing nature with origins in the North American society's *ethos* of exceptionalism and universalism. The methodology used was a bibliography review to address historical issues of imperialism, the Santa Fe Committee — even though there is little literature on the subject — and United States diplomacy, and also an analysis of the qualitative and quantitative content of the documents written by the Santa Fé Committee. In conclusion, the work exposes that the Reagan doctrine brings an urgency to the United States' fight against communism and the Soviet Union, using the neoliberal economic system, in addition to traditional military practices, as a supporter of a contemporary stage of imperialism.

Key-words: Imperialism. Latin America. Neoliberalism. Santa Fe Committee. United States.

LISTA DE ABREVIATURAS

CIA	Central Intelligence Agency
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
JID	Junta Interamericana de Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USIA	United States Information Agency

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA.....	14
2.1	CAPITALISMO, IMPERIALISMO E NEOCOLONIALISMO: ASPECTOS TEÓRICOS DA ORDEM INTERNACIONAL.....	14
2.2	DOMINAÇÃO NORTE-AMERICANA NA AMÉRICA LATINA.....	18
3	O COMITÊ DE SANTA FÉ.....	23
3.1	O COMITÊ DE SANTA FÉ E A NECESSIDADE DE UMA NOVA ESTRATÉGIA NORTE-AMERICANA.....	23
3.2	O DOCUMENTO SANTA FÉ II E AS PROPOSTAS PARA A AMÉRICA LATINA.....	31
4	SANTA FÉ E A POLÍTICA EXTERNA A PARTIR DE REAGAN.....	39
5	CONCLUSÃO.....	46
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é um estudo a respeito do desenvolvimento da política externa dos Estados Unidos da América para a América Latina considerando propostas de atuação elaboradas por um grupo de influência conservador. Este grupo de influência denominado Comitê de Santa Fé teve presença ativa no governo de Ronald Reagan e suas propostas de caráter liberal e anticomunista tiveram forte impacto no curso da diplomacia norte-americana a partir da década de 1980. Ao longo do trabalho, procura-se relacionar os padrões da política externa dos EUA com a prática imperialista e neocolonial, afirmando que a partir do final do século XX, o Comitê de Santa Fé auxiliou a estabelecer uma iniciativa de promoção do neoliberalismo como prática diplomática, sobretudo voltado aos países da América Latina.

Como contextualização, a corrida presidencial dos Estados Unidos da América de 1980 foi marcada pela tentativa de reeleição do democrata Jimmy Carter e de eleição do ex-governador da Califórnia, ator e capitão do Exército norte-americano, Ronald Reagan. O país se encontrava em um período de crise econômica, ainda desmoralizado pela derrota na Guerra do Vietnã e com uma atuação internacional fortemente criticada, com negociações que eram, à vista de muitos analistas, pouco favoráveis aos interesses nacionais. A relação com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, principal ponto de discussão a respeito das relações internacionais dos EUA, estava igualmente abalada com a quebra da política de relaxamento diplomático proposta por Carter e a efervescência de revoluções no Terceiro Mundo na década de 1970.

A eleição marcava, assim, a decisão entre a continuidade das políticas de Carter ou a possibilidade de mudança com um novo governo Reagan. O candidato opositor, por outro lado, apresentava uma perfeita antítese ao presente governo na Casa Branca. Conhecido pelo seu carisma e prometendo um aumento considerável nos gastos militares e, acima de tudo, na luta anticomunista, o republicano se elegeu no que foi considerada uma vitória esmagadora, ganhando em 44 dos 50 estados — apesar de totalizar 50,7% do voto popular.

Considerando o desgaste de então da política externa dos Estados Unidos, muitos grupos conservadores e associados ao Partido Republicano estavam tremendamente insatisfeitos e viam na tímida atuação internacional do país um dos motivos da má situação do país naquele momento. Um desses grupos que recebe pouca visibilidade nos estudos de formulação de políticas públicas dentro dos EUA e, também, pouco destaque como um *think tank* conservador é o Comitê de Santa Fé.

Formado a partir de uma organização anticomunista, o Comitê de Santa Fé se reuniu durante o período eleitoral de 1980 para redigir um documento com propostas de atuação que dariam força para os Estados Unidos no âmbito internacional e entregá-lo para o candidato Ronald Reagan. Constituído por intelectuais destacados da academia norte-americana, empresários, burocratas do governo e até mesmo militares, o documento continha uma análise de conjuntura minuciosa a respeito da sua interpretação da realidade social, política e econômica dos EUA e propostas para diversas áreas, como ameaça militar, quitação da dívida e promoção dos Direitos Humanos em países latino-americanos.

Uma vez eleito, o presidente Reagan integrou diversos membros do Comitê à sua equipe de governo. Muitos tomaram postos na diplomacia dos EUA, assumindo embaixadas em países da América Latina. Ao longo de seus dois mandatos, o Comitê permaneceu próximo a Reagan, auxiliando nas orientações diplomáticas da Casa Branca, mas nos dois últimos anos de governo, o Comitê de Santa Fé voltou a se reunir para redigir mais documentos, preocupados com a continuidade de suas políticas. Com a chegada de George H. W. Bush à presidência, muitos membros do Comitê permaneceram próximos à administração federal dos Estados Unidos, e os três documentos de Santa Fé, à época amplamente circulados entre os setores conservadores da sociedade norte-americana, ficaram registrados como uma orientação fundamental para garantir a hegemonia dos EUA sobre a América Latina.

O governo Bush, no entanto, não teve o mesmo sucesso diplomático e eleitoral de Reagan. Já nas eleições de 1992, o republicano sucessor de Reagan e herdeiro das formulações de Santa Fé foi derrotado pelo democrata Bill Clinton, que viria a governar o país até a virada do século. No ano 2000, o Comitê de Santa Fé se reuniu pela última vez para redigir mais um documento, desta vez, elencando todas as críticas à atual administração democrata e à deficitária aplicação de suas propostas sobre o governo Bush. O quarto documento de Santa Fé trouxe críticas severas à atuação dos Estados Unidos e, pela primeira vez, seus autores apresentaram preocupações sobre uma real substituição de seu país como uma potência hegemônica no século XXI — algo que até o terceiro documento somente se apresentava como uma preocupação distante.

Este trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais, portanto, tem como objetivo principal analisar a política externa dos Estados Unidos para a América Latina a partir das considerações do Comitê de Santa Fé. Como objetivos secundários, entender como as propostas do Comitê foram empregadas na diplomacia norte-americana e se elas representam, em alguma medida, uma reorientação de padrões da política externa do país. Ainda, busca-se relacionar tais propostas com o surgimento do neoliberalismo, uma vez que

as indicações se assemelham às orientações do Consenso de Washington e práticas político-econômicas orientadas pelo governo Reagan, mas que têm pouco espaço na literatura acadêmica sobre as origens teóricas de tais indicações.

Partindo de uma interpretação histórica da política internacional, esta pesquisa interpreta as relações políticas internacionais como sobrepostas e condicionadas à lógica do sistema sociopolítico e socioeconômico vigente, o capitalismo. A partir desta perspectiva, o segundo capítulo inicia realizando uma retomada das relações que estruturaram a ordem internacional e ditam o fluxo da política mundial. Assim, há destaque para os processos de colonização, como o fenômeno de mundialização do capitalismo e da prática imperialista como estruturante das relações de exploração. Outro conceito utilizado, fundamental para compreender as dinâmicas hemisféricas nas Américas é o de neocolonialismo, no qual as organizações internacionais, o uso da propaganda política e da guerra psicológica ganham destaque.

Na sequência, o terceiro capítulo explora a origem e os impactos da constituição do Comitê de Santa Fé, realizando uma exposição dos documentos desenvolvidos por ele e relacionando tais formulações com a conjuntura política e econômica de então. Por fim, o quarto capítulo avalia a política externa dos Estados Unidos e seu caráter estruturante. Procura-se identificar um fio condutor das práticas diplomáticas norte-americanas e relacionar o fazer da sua política internacional às formulações do Comitê de Santa Fé a partir de 1981. Neste sentido, o trabalho conclui realizando uma breve análise do surgimento da doutrina neoliberal nos anos de 1980 e procura relacionar sua teorização aos documentos de Santa Fé, associando o neoliberalismo à forma contemporânea de imperialismo e de política externa dos Estados Unidos da América.

A metodologia aplicada nesta monografia foi, primeiramente, uma revisão de bibliografia a respeito da história das relações internacionais e das práticas coloniais e imperialistas como edificadoras da dinâmica social, política e econômica contemporâneas. Foi realizada também uma revisão a respeito dos poucos textos disponíveis que abordam o Comitê de Santa Fé e sua influência junto ao governo dos EUA e sobre a política externa norte-americana. Por fim, também foi feita uma análise de conteúdo qualitativa e quantitativa para avaliar os quatro documentos desenvolvidos pelo Comitê de Santa Fé.

2 IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA

Este capítulo tem como objetivo traçar uma análise histórica das relações internacionais como foco nas práticas de exploração que sustentam o sistema econômico vigente — o capitalismo. Uma vez realizada, o trabalho estará melhor situado conceitualmente e será viabilizada uma melhor compreensão das propostas do Comitê de Santa Fé dentro da lógica imperialista e dos padrões da diplomacia norte-americana.

2.1 CAPITALISMO, IMPERIALISMO E NEOCOLONIALISMO: ASPECTOS TEÓRICOS DA ORDEM INTERNACIONAL

Desde a consolidação do capitalismo como sistema socioeconômico vigente no mundo ocidental, a sociedade se estruturou de maneira a deter o Estado como agente central da organização comum resultante dos antagonismos de classe presentes desde então (ENGELS, 2019). A expansão deste novo sistema e sua conseqüente mundialização ocorreu com o advento do colonialismo — uma prática de exploração econômica que estruturou a Europa e muito posteriormente a América do Norte como seu centro e as demais regiões do planeta como sua periferia. O colonialismo, assim, foi fundamental para garantir o desenvolvimento e crescimento desse centro, bem como do próprio capitalismo, através da acumulação de capital extraído das Américas, da África e da Ásia (CARRERAS, 1985; KRIPPENDORFF, 2006).

O capitalismo, assim, passou a ser a base de sustentação da política internacional e suas leis econômicas passaram a orientar as diretrizes a serem tomadas pelos Estados capazes de orquestrar este sistema. A partir da etapa de construção de monopólios, possibilitadas pela política colonial, o capitalismo passou a adentrar uma nova fase de desenvolvimento. Essa fase é caracterizada pelo próprio monopolismo; pela união do capital financeiro com o capital industrial; pelo investimento em países estrangeiros¹; e pela expansão territorial dos impérios (LÊNIN, 2021).

Este fenômeno ficou conhecido desde o começo do século XX por imperialismo e o termo ganhou destaque no meio social e acadêmico. Os debates sobre o imperialismo, suas origens, suas implicações e seu papel estratégico estavam mais presentes do que nunca

¹ Lênin faz referência ao economista alemão Robert Liefmann afirmando: “ ‘quanto mais desenvolvida é uma economia nacional’, escreve Liefmann, um defensor descarado do capitalismo, ‘tanto mais ela se volta para empresas de risco ou no estrangeiro, para as que exigem longo tempo para se desenvolver ou, finalmente, as que têm importância apenas local.’ O aumento do risco está ligado, ao fim e ao cabo, ao aumento gigantesco de capital, o qual por assim dizer, transborda e corre para o estrangeiro etc” (2021, p. 48).

devido às grandes movimentações políticas e econômicas que precederam a Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1987; 2015). O primeiro estudo de grande destaque da área foi realizado por John Hobson (1902), que acabou influenciando todas as pesquisas seguintes a respeito deste assunto. Para ele, o imperialismo era um processo com origens na estrutura interna dos Estados que sofriam influência de grupos do capital financeiro, da indústria bélica e de industriais exportadores (HOBSON, 1902; HUNT, 1974).

Ademais, para Hobson (1902), o imperialismo não representava apenas a manifestação econômica de grupos de forte influência que buscavam a maximização de seus lucros. Sua narrativa e justificativa política eram igualmente influenciadas pelos ideais civilizatórios e de cristianização dos povos não-europeus e não-ocidentais. Tal discurso somado à busca pela expansão do capital para novas regiões resultou não somente na propagação global do capitalismo, como citado, e no processo de exploração econômica dessas regiões, mas, de mesmo modo, resultou na crescente rivalidade entre as potências colonialistas e imperialistas (DUROSELLE, 1976; HOBSBAWM, 2015; HUNT, 2010).

Este fenômeno político está tão intimamente relacionado ao capitalismo como uma necessidade interna do sistema que Vladimir Lênin (2021), poucos anos depois de Hobson, o descreve como “etapa superior do capitalismo”. Rosa Luxemburgo (2021), buscando complementar os estudos a respeito do tema, afirma que o imperialismo seria uma marca da necessidade do capitalismo se expandir para novos mercados ainda externos a este sistema. Ou seja, o imperialismo seria a manifestação do capitalismo enquanto ele não fosse ainda verdadeiramente global, incorporando todas as sociedades existentes. Apesar de existirem divergências profundas entre as teorizações de Lênin e Luxemburgo — as quais não cabem ser debatidas neste trabalho —, ambas apresentam o imperialismo como um fenômeno inerente ao desenvolvimento do capitalismo e como uma atividade política extremamente danosa aos países e aos povos subjugados à sua ordem (HUNT, 1974).

Para além dessas características, a prática imperialista também seria determinante para a divisão geopolítica do mundo. A expansão colonialista por parte dos Estados europeus tem seu apogeu no final do século XIX e se estende até o fim da Segunda Guerra Mundial. A política imperialista que acompanha o colonialismo — nem sempre, mas na maioria dos casos — acabou por ordenar o espaço político internacional e, de certa forma, dividir o mundo entre os poucos governos independentes detentores de poder dentro do capitalismo. Tal divisão de caráter econômico mas com reflexos políticos e sociais determinou a estrutura do Sistema Internacional contemporâneo que reforça a arquitetura de centro e periferia do capitalismo previamente mencionada (ARRIGHI, 1996; HOBSBAWM, 2015).

Avançado o período histórico, já com os desenvolvimentos políticos internacionais do pós-Guerra e o curso efervescente da Guerra Fria, a prática colonial e imperialista sofreu uma mudança considerável em sua dinâmica. A segunda metade do século XX foi marcada pelo processo de independência dos Estados africanos, significando o último grande ciclo de rompimentos com o pacto colonial vistos no mundo (WALLERSTEIN, 2005). Essa mudança, no entanto, não foi estrutural o suficiente para alterar a lógica de exploração que sustentava o sistema capitalista: as dinâmicas, agora, passariam a ser elevadas a um estágio superior de exploração (N'KRUMAH, 1967).

O revolucionário africano, presidente de Gana de 1960 a 1966 e um dos fundadores do movimento Pan-Africanista, Kwame N'krumah, elaborou um estudo a respeito deste movimento político, avançando na teoria de Lênin a respeito do imperialismo. Para ele, o processo de independência dos Estados africanos inaugurou um momento de ainda mais exploração no Sistema Internacional, no qual os países centrais do capitalismo têm liberdade para explorar sem a responsabilidade de administrar os antigos espaços coloniais — em outras palavras, é iniciado o último estágio do imperialismo (N'KRUMAH, 1967).

Em resumo à sua tese principal, N'krumah (1967) escreve:

O neocolonialismo de hoje representa o imperialismo em seu estágio final e talvez o mais perigoso. [...] A essência do neocolonialismo é de que o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e seu sistema político é dirigido do exterior. [...] O resultado do neocolonialismo é que o capital estrangeiro é utilizado para a exploração, em lugar de ser para o desenvolvimento das partes menos desenvolvidas do mundo (n. p.).

Os mecanismos do neocolonialismo são apresentados como variados e totalmente adaptáveis às diferentes realidades no qual é necessário penetrar o imperialismo. O primeiro e, talvez, o mais evidente, seja a manipulação econômica. O autor alerta para o papel de manipulação política que o endividamento dos países em desenvolvimento resulta: a fragilidade econômica destes Estados abre espaço para que o capital do centro do sistema se instaure em sua estrutura econômica através de empréstimos junto a órgãos internacionais e não somente aumente sua dependência em relação aos países credores mas, também, manipule sua política-econômica interna por meio das exigências que os contratos de empréstimos apresentam. Estas exigências, comumente, tendem a levar a abertura de suas

economias para o capital estrangeiro — fortalecendo o ciclo de dependência destes Estados fragilizados com os perpetradores do neocolonialismo² (N'KRUMAH, 1967).

Outro mecanismo menos perceptível e mais discreto utilizado pelo neocolonialismo trata-se das guerras psicológicas. Essas operações fazem referência às iniciativas dos Estados neocolonialistas em utilizarem de ferramentas psicossociais para influenciarem os valores e a opinião pública das populações, visando propagar a ideologia hegemônica dos países dominantes³ (N'KRUMAH, 1967; SILVINA, 2016). Esta tática foi sobretudo utilizada pelos Estados Unidos da América no período da Guerra Fria, em um momento em que era um dos únicos países do mundo ocidental em boas condições econômicas e tinha capacidade de patrocinar propagandas de oposição ao socialismo (HOLT; VELDE, 1960).

Destaca-se, neste caso, o papel da United States Information Agency (USIA). A agência de informação dos Estados Unidos teve forte atuação internacional para garantir a hegemonia norte-americana, capitalista e ocidental sobre o mundo todo. Dotada, à época, com um orçamento anual de cerca de US \$ 130 milhões, a agência pôde patrocinar aproximadamente 70 corpos editoriais, 110 estações de rádio, 250 bibliotecas, 200 cinemas e 120 filiais em mais de 100 países. Possuindo uma ligação direta à presidência dos EUA, ao Pentágono, à Central de Inteligência Americana e às forças armadas, a USIA era equipada com mais de dez mil funcionários no auge da Guerra Fria para expandir a propaganda dos EUA e boicotar canais de comunicação nacionais do Terceiro Mundo (CATTAI, 2011; 2019; CULL, 2012; N'KRUMAH, 1967; SANTOMAURO, 2015).

Ao longo do texto, outros mecanismos de manutenção do neocolonialismo — e, conseqüentemente, do imperialismo — são apresentados, tais como: a instauração de bases militares em territórios de países a serem explorados⁴; apropriação de terras ricas em recursos naturais estratégicos para as potências coloniais em retiradas⁵; isenção de tarifas alfandegárias

² A Argentina é um caso de forte dependência econômica em relação ao Fundo Monetário Internacional cujas relações se tornam conflituosas com a organização em momentos nos quais seu governo não está totalmente alinhado às diretrizes político-econômicas do FMI (FERNANDES; FREITAS; WEGNER, 2020).

³ A USIA foi um mecanismo essencial para o sucesso do Golpe cívico-militar de 1964 no Brasil, patrocinando meios de comunicação brasileiros para publicarem notícias contrárias ao governo de João Goulart e incentivarem a tomada de poder pelos militares (SANTOMAURO, 2015).

⁴ A França mantinha, na década de 1970, mais de dez mil efetivos em bases militares em mais de sete países africanos. No ano de 2014, estavam presentes aproximadamente cinco mil militares em seis países da África e do Oriente Médio (GÓMEZ, 2017).

⁵ O controle de importantes áreas ricas em minerais em regiões da África austral é dado por empresas inglesas e norte-americanas, segundo N'krumah (1967).

ou de impostos sobre empresas de potências coloniais⁶; e o direito de gerenciar o papel-moeda⁷ (N'KRUMAH, 1967).

O processo de neocolonialismo, portanto, pode ser resumido à adaptação do imperialismo em perpetuar os mecanismos de dominação e exploração internacionais que são inerentes ao sistema capitalista. O emprego do método neocolonial, já na segunda metade do século XX, foi essencial para garantir o desenvolvimento e a reconstrução da Europa passada a Segunda Guerra Mundial, garantindo o estado de bem-estar social no velho continente e nos Estados Unidos da América (N'KRUMAH, 1967). Este processo, em outras palavras, foi também expresso por Frantz Fanon (1961⁸, *apud* LOSURDO, 2018) ao afirmar que “a apoteose da independência transforma-se na maldição da independência”.

2.2 DOMINAÇÃO NORTE-AMERICANA NA AMÉRICA LATINA

Como visto, foram as práticas colonialistas e imperialistas as responsáveis pela expansão do capitalismo para outras regiões além da Europa, incluindo o continente americano. Nas regiões de domínio da colonização ibérica, os processos de independência ocorreram no início do século XIX e levaram ao afastamento imediato da região em relação a Espanha e Portugal; mas, por outro lado, aproximaram os países da Inglaterra que foi o principal responsável por suprir as demandas comerciais de então (CARRERAS, 1985; KRIPPENDORFF, 2006; WASSERMAN, 1996).

Um país do continente que possui uma trajetória distinta, todavia, são os Estados Unidos. Ainda em condição colonial já havia um incentivo por parte da Inglaterra para fomentar a indústria local — contanto que não viesse a concorrer com produtos de fábricas da metrópole. Com os movimentos de independência na década 1770, o país já possuía uma forte burguesia comercial urbana com condições de sustentar o mercado interno, e as capacidades de produção nacional foram ampliadas durante a Guerra de Independência para fornecer os produtos boicotados pela metrópole (FURTADO, 2007).

Essas condições de industrialização e burguesia nacional fortificada permitiram aos EUA tomarem um lugar de destaque no continente, contando com uma economia forte e competitiva aos países europeus centrais do capitalismo. Com o curso do seu

⁶ Empresas exploradoras de diamantes em Angola estavam isentas de pagar impostos de suas exportações do mineral para outros países (N'KRUMAH, 1967).

⁷ O Franco CFA é a moeda oficial de doze países africanos emitida por bancos centrais locais com a paridade da moeda vinculada ao Euro desde 1999 com a conversão administrada pelo Tesouro Francês (SMITH, 2004).

⁸ FANON, Frantz. **Les damnés de la terre**. Turim, 1961.

desenvolvimento interno, a consolidação da independência e a expansão territorial, os Estados Unidos vieram a ocupar o espaço da Inglaterra de principal parceiro comercial dos países latino-americanos e, paulatinamente, ascenderam ao posto de potência regional. Mesmo em relação aos países europeus, os EUA já representavam uma economia forte e confiável, vindo a ser, inclusive, fornecedor de materiais primários, industriais e navios comerciais para os Estados envolvidos nas Guerras Napoleônicas (FURTADO, 2007).

Já na década de 1820, o presidente norte-americano James Monroe, atento às interferências europeias restantes nas demais partes do mundo, fez em seu discurso ao Congresso Americano sobre o estado da União uma declaração que ficou posteriormente conhecida como Doutrina Monroe. Em resumo, a Doutrina anunciava que interferências de países europeus no espaço hemisférico americano, sejam elas de quaisquer natureza, viriam a ser interpretadas como uma ameaça direta à segurança dos Estados Unidos da América. Resguardando, dessa maneira, o espaço continental para si, a Doutrina é Monroe é interpretada como o primeiro anúncio formal de estabelecer as Américas como uma zona de influência norte-americana (ANDERSON, 2015; BEMIS, 1943; MECHAM, 1965).

Aproximadamente um século depois, a Doutrina Monroe veio a ser atualizada pelo presidente Theodore Roosevelt. Devido a atritos envolvendo alguns países latino-americanos com Estados europeus por questões econômicas, sobretudo, os Estados Unidos viram sua soberania, acreditando que um conflito ou alguma interferência partindo do Velho Mundo poderia inferir sobre a região. O Corolário Roosevelt, neste sentido, proferido pelo então presidente em um de seus discursos ao Congresso, acrescentou uma atualização à Doutrina Monroe, interpretando que ela daria aos EUA o poder, a legitimidade e responsabilidade de intervir em questões internas dos países da América Latina para garantir a segurança da região (ANDERSON, 2015; BEMIS, 1943; MECHAM, 1965). Em seu discurso, o presidente Theodore Roosevelt afirma:

Se uma nação demonstrar que sabe agir com razoável eficiência e decência em questões sociais e políticas; se mantiver a ordem e pagar as suas obrigações, não precisará temer nenhuma interferência dos Estados Unidos. A transgressão crônica, ou uma impotência que resulta num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, pode na América, como em outros lugares, exigir a intervenção de alguma nação civilizada, e no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, ainda que com relutância, em casos flagrantes de tais irregularidades ou impotência, ao exercício de um poder de polícia internacional (MECHAM, 1965, p. 68, tradução própria).

Este discurso oficializou de maneira significativa as intenções dos Estados Unidos de expandirem sua influência sobre o continente e de administrar até mesmo crises internas de outros Estados para garantir sua estabilidade hegemônica regional. Apesar disso, o discurso do Corolário Roosevelt criou uma série de constrangimentos direcionados ao governo dos EUA por expor suas intenções de maneira tão direta, ao mesmo tempo que essas críticas serviram de munição para os opositores políticos de Roosevelt. Na década de 1930, o Departamento de Estado, sob governo do republicano Herbert Hoover, veio a repudiar publicamente as declarações do Corolário (MECHAM, 1965).

A despeito do repúdio, é perceptível que a atuação internacional dos Estados Unidos de fato seguiu uma orientação de interferência em questões internas entre outras táticas para garantir sua hegemonia sobre a América Latina e fazer crescer ainda mais sua capacidade econômica e militar. Octavio Ianni (1974) trata as relações internacionais dos Estados Unidos como uma diplomacia total, unindo a força do dólar americano e a política do *big stick*⁹ para influenciar em questões de todos os âmbitos nas mais diversas regiões do globo — mas, principalmente, na América Latina.

Dados os anúncios formais das intenções expansionistas e intervencionistas por parte dos Estados Unidos e seu excepcional crescimento econômico e militar perante os outros países centrais do capitalismo, a virada do século XIX para o século XX acompanha uma mudança geográfica do centro do imperialismo capitalista da Europa para a América do Norte. Os EUA assumem as responsabilidades do Império Britânico de proteger e sustentar o capitalismo no mundo todo em um momento em que sua hegemonia é desafiada e passam, naturalmente, a deter ainda mais poder sobre a América Latina (ANDERSON, 2015; AYERBE, 2002; MAGDOFF, 1972).

Passadas as preocupações envolvendo a Primeira Guerra Mundial, a grande depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos puderam se voltar para a estruturação do mundo ocidental capitalista tendo sua liderança assegurada após a destruição física e econômica das potências europeias. A partir de então, segundo Magdoff (1972),

A constituição do sistema imperialista do pós-guerra processou-se por intermédio das organizações internacionais criadas próximo do fim da guerra: as Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional — em cada uma das quais os Estados Unidos conseguiram, por razões várias, exercer o papel dirigente. O sistema foi consolidado através

⁹ Essa prática se refere ao uso de uma diplomacia cautelosa e pragmática em primeiro lugar, mas com o recurso da força militar para garantir os interesses em último caso. O termo tem origem da frase proferida pelo presidente Theodore Roosevelt “speak softly and carry a big stick”, ou em português, “fale suavemente e carregue um grande porrete”.

das actividades da UNRRA, do Plano Marshall, e de vários programas de auxílio econômico e militar financiados e controlados por Washington (p. 47-48).

Essa realidade tornou a expansão norte-americana muito mais efetiva, profunda e discreta sobre as estruturas políticas da América Latina. Em síntese, a promoção do multilateralismo, liderado pelos Estados Unidos e privilegiando indiretamente alguns países europeus, representou a atualização da estratégia capitalista de influir sobre os cursos da política internacional. Assim, a urgência percebida pelos EUA em reestruturar a ordem político-econômica internacional no pós-Guerra foi guiada pelos impulsos imperialistas necessários para aquele Estado sustentar sua economia e hegemonia sistêmica, bem como foi arquitetada para funcionar através de organismos internacionais multilaterais, abrindo espaço para uma camuflagem das relações imperialistas (IANNI, 1974; MAGDOFF, 1972).

Como ilustração, os organismos econômicos e comerciais, Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, foram centrais para garantir o controle sobre os países latino-americanos pela via financeira. Tendo o FMI como exemplo, os empréstimos feitos a países em péssimas condições econômicas que recorrem ao fundo como última opção são obrigados a abrir suas contas internas e a expor a estrutura de seu sistema econômico nacional aos países credores e seguir orientações de política econômica rígidas impostas pelo FMI que contam, na maioria dos casos, com políticas de privatização de empresas públicas e cortes em gastos governamentais. O pagamento do crédito quase sempre supera a capacidade que o país solicitante tem de fazer a quitação de sua dívida, e a dívida se transforma em um mecanismo de controle por parte dos países centrais do sistema, que sustentam o FMI (IANNI, 1974; MAGDOFF, 1972).

Muitas vezes taxados como auxílio internacional, os empréstimos podem também vir de agentes privados internos ou do próprio governo dos Estados Unidos, como há uma série de exemplos. A United States Agency for International Development é um caso de destaque, que promove o desenvolvimento internacional de Estados que recorrem aos seus fundos em troca de bases militares estratégicas para os EUA, corte de tarifas alfandegárias no comércio entre os países e o alinhamento diplomático pró-ocidental. Tais iniciativas econômicas e comerciais são tão eficientes para a manutenção do imperialismo norte-americano que o presidente John F. Kennedy afirmou que “o auxílio ao estrangeiro é um método pelo qual os Estados Unidos mantêm uma posição de influência e controle no mundo [...]” (MAGDOFF, 1972, p. 131-132).

Fora do escopo econômico, há uma série de outras estruturas desenvolvidas pelos Estados Unidos para ratificar sua gerência política sobre a região. A United States Information Agency, já comentada, é um dos exemplos que usa da propaganda política e da publicidade para envolver aspectos político-culturais da manutenção da hegemonia entre as sociedades. Seguindo a política do *big stick*, por outro lado, os aparelhos de força e repressão sempre estão dispostos para intervir quando necessário, promovendo golpes de Estado¹⁰ ou missões armadas com a ajuda da agência de inteligência (CIA) e do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Em muitos dos casos, a presença extraoficial destas agências era inclusive mais relevante para o governo dos EUA do que a própria presença do corpo diplomático oficial, reforçando a importância desses órgãos para a estratégia do país (IANNI, 1974; WEINER, 2007).

Em última análise, a demarcação da hegemonia norte-americana sobre a América Latina — interpretada com o caráter cultural e ideológico da dominação, para além da ideia de coerção — é expressada através das relações econômicas e da expansão do capital dos EUA sobre a região; na formulação da agenda de segurança hemisférica, envolvendo o alinhamento dos governos locais aos interesses americanos; e a expansão da ideologia ocidental e da democracia liberal como um elemento de cultura política imposto à região e articulado através de mecanismos educacionais e de propaganda. Todos esses elementos juntos sustentam o domínio do país sobre os Estados latino-americanos e as sociedades locais, subordinando a economia e a política da América Latina aos interesses e às necessidades dos Estados Unidos e do sistema capitalista (AYERBE, 2002; IANNI, 1974).

¹⁰ “Entre o início da Guerra Fria global, em 1948, e sua conclusão, em 1990, o governo norte-americano garantiu a derrubada de, pelo menos, 24 governos na América Latina, 4 com o uso direto de forças militares dos EUA, 3 por meio de revoltas ou assassinatos orientados pela CIA e 17 outros ao encorajar forças políticas ou militares locais a intervir, sem a participação direta dos Estados Unidos, geralmente por meio de golpes de Estado militares” (ANDERSON, 2015, p. 94-95).

3 O COMITÊ DE SANTA FÉ

Os objetos centrais de análise desta monografia são o Comitê de Santa Fé e os documentos¹¹ redigidos por este grupo de influência que impactou diretamente o governo dos Estados Unidos da América na década de 1980 e anos seguintes. Este capítulo seguinte se dedica diretamente a fazer uma análise de quem foi o comitê mencionado e como ocorreu sua constituição a partir dos materiais referenciados disponíveis e também a traçar um estudo dos documentos redigidos por eles. A primeira parte aborda a criação do Comitê de Santa Fé e traz o conteúdo encontrado nos documentos de 1980, 1989 e 2000. A segunda parte se restringe a fazer uma análise mais detalhada do documento Santa Fé II de 1988, dada sua importância singular.

3.1 O COMITÊ DE SANTA FÉ E A NECESSIDADE DE UMA NOVA ESTRATÉGIA NORTE-AMERICANA

No ano de 1980, um grupo de intelectuais, burocratas e militares conservadores dos Estados Unidos da América se reuniram na cidade de Santa Fé, capital do estado do Novo México, para debater sua insatisfação a respeito da atuação internacional do seu país durante a Guerra Fria. Com uma proposta de intervir na realidade com base em visões estereotipadas e mesmo distorcidas, redigiram um documento com sua análise conjuntural que apontava para a ineficácia das instituições norte-americanas em garantirem a sua soberania na América Latina e a grave subversão cultural marxista patrocinada na região pela União Soviética (MATIJASCIC, 2014; PEIXOTO; 1981; SANTOS, 2021). A intensa mobilização deste grupo, junto com a redação de outros três documentos, marcou a formalização do Comitê de Santa Fé — um círculo de influência dentro do governo norte-americano para elaborar propostas de política externa que maximizassem o poder dos EUA no continente.

Os documentos escritos foram denominados Santa Fé I, Santa Fé II, Santa Fé III e Santa Fé IV, publicados, respectivamente, nos anos de 1980, 1988, 1989 e 2000. O primeiro deles conteve um caráter de maior contextualização e foi entregue ao então candidato à presidência pelo Partido Republicano, Ronald Reagan. Esse político, que marcava o avanço

¹¹ Os documentos de Santa Fé não se referem a documentos oficiais produzidos pelo governo dos EUA, mas por formulações de um grupo de influência que circularam entre a sociedade conservadora norte-americana e simbolizam a ideologia e as estratégias políticas sugeridas por indivíduos que incorporaram o governo. As fontes utilizadas para acessar os documentos foram Peixoto (1981) e o site do Proyecto Emancipación (2009), disponível em: <http://www.oocities.org/proyectoemancipacion/documentossantafé/documentos_santafé.htm>.

da uma nova onda conservadora e a intensificação da luta anticomunista no ocidente, foi essencial para aplicação das propostas dos documentos (MATIJASCIC, 2014).

Os dois documentos seguintes, elaborados no auge do seu governo, continuam o mesmo teor de paranoia e urgência diante dos tópicos já mencionados e apresentam propostas diretas para os EUA interferirem na política interna, economia, sistema judicial, forças armadas, relações diplomáticas, opinião pública, sistema educacional, políticas sociais e ambientais dos países latino-americanos. Em especial, o documento de Santa Fé II é considerado o mais relevante dentre eles e contém propostas para o Brasil, Colômbia, Cuba, México e Panamá. O último documento, publicado já após o fim do governo Reagan e também do governo de George H. W. Bush — o qual também se beneficiou das propostas do Comitê — possui um caráter de análise e revisão das propostas elaboradas nos documentos anteriores e uma breve contextualização sobre a realidade política para o início do século XXI (ABDALLA, 2019; MATIJASCIC, 2014; TONIAL, 2003).

A composição do Comitê de Santa Fé se deu através do Conselho de Segurança Interamericana, entidade surgida da Liga Mundial Anticomunista (atual World League for Freedom and Democracy), cuja influência foi constante durante os governos Reagan e Bush no período da Segunda Guerra Fria (ABDALLA, 2019; MACHADO, 2022). Os autores que assinam os documentos são: Lynn Francis Bouchey¹², Roger Warren Fontaine¹³, David Crichton Jordan¹⁴, Gordon Sumner Jr.¹⁵, Lewis Arthur Tambs¹⁶ e Ronald F. Docksai¹⁷; no entanto, sabe-se da presença de mais membros integrados ao Comitê que não participaram da redação dos documentos, como a embaixadora norte-americana para as Nações Unidas, Jeanne Kirkpatrick e o militar e comandante de tropas durante a Guerra da Coreia, John Singlaub (SANTOS, 2021).

¹² Doutor pela Catholic University America, presidente do Conselho de Segurança Interamericana à época, representante na missão dos EUA para a Organização dos Estados Americanos (1981-1985), membro da American Political Science Association.

¹³ Doutor pela Johns Hopkins University School of Advanced International Studies, pesquisador do Washington Center for Foreign Policy Analysis e Departamento de Estado dos EUA (1966-1969), diretor do Latin American Studies at Georgetown University's Center for Strategic and International Studies, autor de diversos livros incluindo "Brazil and the United States".

¹⁴ Embaixador dos EUA no Peru (1984-1986), professor na Pennsylvania State University e University of Virginia, autor de diversos livros incluindo "Revolutionary Cuba and the End of the Cold War".

¹⁵ Tenente-General do Exército dos EUA, comandante da 25ª Divisão de Artilharia durante a Guerra do Vietnã, diretor do Middle East Task Group durante a Guerra do Yom Kippur, conselheiro militar do Departamento de Estado e Departamento de Defesa dos EUA.

¹⁶ Embaixador dos EUA na Colômbia (1983-1985) e Costa Rica (1985-1987), doutor em História pela University of California in Santa Barbara, consultor sobre América Latina do National Security Council (1982).

¹⁷ Ex-vice-presidente do grupo Bayer nos EUA, doutor em Governo pela Georgetown University, Secretário-Assistente do Departamento de Saúde dos EUA (1985-1988) e diretor do Comitê de Trabalho e Recursos Humanos do Senado dos EUA.

Já em sua primeira publicação, o Comitê de Santa Fé afirma de maneira direta e concisa: os princípios da Doutrina Monroe foram perdidos; as relações hemisféricas entre EUA e América Latina estão fragilizadas; a União Soviética é uma grande ameaça com influência crescente na região; se o governo dos Estados Unidos não tomarem medidas eficazes para reorientar sua política exterior, o país perderá espaço de atuação internacional. O documento de Santa Fé I, assim, foi redigido em 29 páginas, divididas entre interpretações da conjuntura política, social e econômica do momento e propostas de atuação para os EUA. Como já afirmado, existia uma preocupação real por parte dos autores no fraco desempenho de seu governo e na perda de poder sob os países latinos, como expõem os trechos abaixo:

O continente americano se encontra abaixo de ataque. A América Latina, companheira e aliada tradicional dos EUA está sendo penetrada pelo poder soviético. A bacia do Caribe está povoada por representantes soviéticos e delimitada por Estados socialistas. [...] A América Latina, tanto quanto a Europa Ocidental e o Japão, é boa parte da base de poder dos Estados Unidos. Não podemos permitir que desmorone nenhuma base de poder norte-americana, seja na América Latina, na Europa Ocidental ou no Pacífico Ocidental, assim, os Estados Unidos devem ser capazes de reter energia extra para serem capazes de desempenhar um papel de equilíbrio em outras partes do mundo. Para um Estado balanceador de poder como os EUA, não há possibilidade de uma ação global flexível se seu poder está imobilizado ou bloqueado em qualquer área. Na verdade, em áreas vitais para o poder de qualquer nação, não é suficiente a preservação do *status quo* (2009, p. 1-2, tradução própria).

Esta passagem ilustra bem o modo de pensar dos autores e integrantes do Comitê de Santa Fé. Embora sua preocupação a respeito da perda de poder dos EUA sob a região seja legítima, em se tratando de termos geopolíticos e sob o contexto da Guerra Fria, o tom de alarme e as seguintes passagens do documento mostram não somente os objetivos imperialistas como um fim da necessidade de garantir a influência norte-americana na região, mas também expõe sua visão de responsabilidade que os EUA deveriam ter perante as Américas nascidas no *ethos* desta civilização e formalizadas pela Doutrina Monroe (ANDERSON, 2015). A seguinte passagem também ilustra essas questões, junto da insatisfação do Comitê perante o desempenho do presidente Jimmy Carter.

As políticas iberoamericanas do presidente Jimmy Carter [...] são a culminação deste processo de acomodamento por meio do qual a América Latina está excluída do interesse estratégico dos Estados Unidos, e os regimes latino-americanos independentes são abandonados frente a ataques extracontinentais por parte do movimento comunista internacional. [...] O Comitê de Santa Fé sustenta que a política dos Estados Unidos se encontra em desordem, que as normas do conflito e a mudança social adotadas pela administração Carter são as mesmas da União Soviética, que a área em disputa é território soberano de aliados dos EUA e sócios comerciais que pertencem ao Terceiro Mundo, que a esfera da URSS e seus representantes

estão se expandindo, e que o balanço anual de ganhas e perdas favorece à URSS. [...] O Continente americano se encontra sob ataque. Washington duvida (2009, p. 2-5, tradução própria)?

Aqui, destacam-se a introdução à exposição dos apontamentos desenvolvidos por eles e, sobretudo, o caráter conspirador que se mistura à sua análise de conjuntura, típico dos discursos da extrema-direita contemporânea. A aproximação das práticas do presidente Jimmy Carter e do Partido Democrata ao socialismo e à URSS ilustram a narrativa apropriada por parte dos autores para informar a seus leitores da urgência do tema tratado e das possíveis consequências caso suas orientações não sejam seguidas.

No que se refere ao seu conteúdo, o documento trata diretamente de dez temas considerados prioridades para serem adotados pelo próximo governo a tomar posse após as eleições de 1980. Inicialmente, trata-se exclusivamente da ameaça militar externa no continente. São propostas revitalizações no sistema de segurança continental baseadas no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado em 1947 no Rio de Janeiro, e também da Junta Interamericana de Defesa (JID), organização criada em 1942 que integra, até 2023, todos os países das Américas. São incentivadas as iniciativas de criação de negociações que promovam acordos militares de segurança entre os países, o treinamento de militares de outros países por parte das Forças Armadas dos EUA — em especial de militares jovens e Suboficiais — e a proteção do Canal do Panamá por parte de todos os integrantes da JID.

A segunda parte, de mesmo modo, tem foco em um único tópico securitário, tratando da denominada “subversão interna”. Nesta seção, há a vinculação entre agressão externa e segurança nacional no continente. Os autores afirmam que a estratégia de subversão comunista utiliza de todos os recursos disponíveis, sejam meios materiais como ataques terroristas ou ideológicos através da coerção e da propaganda. As propostas indicam a necessidade de mudança na cobertura da atuação internacional dos EUA pelos veículos de comunicação; contenção da Teologia da Libertação na América Latina; e a diminuição da importância dada pelo governo à promoção dos Direitos Humanos por outros governos da região.

A partir da terceira seção do documento há uma maior abertura de temas. Neste momento, os autores passam a abordar questões de energia, agricultura, dívida externa, movimentos sindicais, transferência de tecnologia, educação e políticas econômicas e comerciais. Totalizando 14 propostas, o documento segue a lógica de apresentação da interpretação dos autores sobre a realidade de então junto a direcionamentos para o futuro governo dos Estados Unidos da América.

Ressalta-se, aqui, as propostas voltadas à área de educação. É afirmado que os EUA falharam em retomar a iniciativa ideológica no continente, ajudando a construir um sistema educacional que dê ênfase à herança intelectual comum da região, junto com a projeção dos ideais de liberdade, da iniciativa privada e do patriotismo. As propostas de caráter educacional têm destaque durante a construção da lógica do Comitê de Santa Fé. Para eles, como mencionado, a educação é uma questão chave na dominação pois ela é o meio de promoção pelo qual se pode moldar como as pessoas enxergam o passado e projetam o futuro. Há, inclusive, o registro do termo “ideopolítica”, afirmando que sua prevalência é essencial para o sucesso dessas propostas.

As duas últimas partes são denominadas “Direitos Humanos e Pluralismo Ideológico” e “Relações Interamericanas”. Com apenas duas propostas para a penúltima seção e seis para a última, os autores se debruçam, principalmente, sobre as relações entre Brasil — as quais serão posteriormente aprofundadas —, México, Canadá e Cuba. A respeito deste último Estado, há forte destaque para a necessidade de punir Cuba pelo triunfo da revolução socialista de 1959, chegando a ser afirmado que “se a propaganda fracassar, há que se lançar uma guerra de libertação nacional contra Castro”. Ao Canadá, por outro lado, é delegada a função de potência regional, incentivando o aumento de sua influência sobre o Caribe anglófono.

O terceiro documento, publicado em 1989 não foi encontrado e também não há maiores detalhes sobre ele nos textos referenciados que tratem da constituição do Comitê de Santa Fé. Sua lacuna vai de encontro às percepções de Teixeira (2007) que constata a baixa frequência de pesquisas no Brasil que considerem os *think tanks* e demais grupos de influência na formulação de políticas públicas e políticas internacionais. Apesar do seu grande peso na construção de estratégia de governo, sobretudo nos EUA — onde o *lobby* é, inclusive, legalizado, — a literatura em língua portuguesa e a academia de Ciência Política e Relações Internacionais acaba, em sua maioria, por desconsiderar esses grupos como variável e agente da política (TEIXEIRA, 2007).

O documento Santa Fé IV, por sua vez, publicado no ano 2000 traz fortes críticas à administração do democrata Bill Clinton e, como de costume, apresenta estratégias para os Estados Unidos e o próximo governo republicano atuarem no século XXI. De início, o Comitê de Santa Fé mais uma vez escreve sobre seu desapontamento no descaso que o governo dos EUA tem perante a América Latina. Reforçando o caráter político hemisférico que os Pais Fundadores tinham, eles introduzem o seu último documento como mais uma tentativa direta de solucionar os problemas da região. Os autores afirmam:

As desconcertantes descobertas de Santa Fé IV mostram que os Estados Unidos tendem a considerar garantidos os vizinhos do sul; e que o que antes era simples negligência acabou por ser um escândalo aberto sob as políticas da administração Clinton durante os últimos sete anos obcecada pela Europa e a China e atordoado pela corrupção da Rússia, o Presidente Clinton deixou a América do Sul no seu quintal traseiro. Não deveria surpreender, portanto, que a América do Sul tenha procurado investimentos e relações comerciais em outros lugares — na Espanha, por exemplo — e na República Popular da China. Santa Fé IV nos lembra que o mercado potencial na fronteira sul é tão grande como o seu próprio de uma perspectiva histórica. Essa divisão nunca deveria ter acontecido. Os pais fundadores viam a América do Sul como uma região que, tal como os Estados Unidos, procurava a libertação das nações totalitárias da Europa, Jefferson, Madison, Monroe e John Quincy Adams. Todos consideravam os sul-americanos irmãos na luta contra a tirania (2009, p. 3, tradução própria).

O documento, que é escrito em 35 páginas, possui uma estrutura um pouco distinta dos três primeiros. Nele, são apresentados os “Nove Ds” que se referem aos quatro capítulos com temas iniciados por essa letra que destacam os temas de preocupação. Os nove capítulos se dividem, em ordem, por: defesa, drogas, demografia, dívida, desindustrialização, democracia populista posterior à Guerra Fria, desestabilização, desflorestamento e declínio dos Estados Unidos.

De início, é abordada a crítica às políticas de segurança instauradas pelo governo de Clinton, o qual é descrito como ignorante à realidade hemisférica e criador de uma cultura do “politicamente correto” dentro do Departamento de Defesa dos EUA. Com a queda da União Soviética, novos inimigos são apresentados como o maior risco à defesa dos Estados Unidos — agora o destaque é assumido pelos narcotraficantes e pelos grupos esquerdistas dispersos inspirados na ideologia de Antonio Gramsci. Pela primeira vez, por outro lado, são apresentadas a China e a África como espaços a serem analisados por precaução por parte de Washington: o primeiro de maneira mais ativa devido à sua grande presença econômica na América Latina já no início do século (destaque para a questão portuária e o Canal do Panamá); enquanto o segundo ainda é tido como de importância econômica menor que a própria América do Sul.

A questão das drogas, apresentada na sequência, toma parte central na preocupação dos autores para o novo milênio. Com a queda da URSS, o tráfico de drogas e o terrorista são descritos como as novas preocupações mais eminentes e de grande impacto para a destruição das democracias ocidentais. Os autores apresentam como argumentos centrais que as mortes por uso excessivo de drogas estão entre as principais causas de morte dos norte-americanos. Uma vez que o povo norte-americano é, em suas palavras, “o maior recurso natural dos

EUA”, a preocupação com as drogas se mostra uma questão estratégica relevante no cenário geopolítico. Há referências a organizações e empresários que financiam as causas de legalização das drogas, como o bilionário George Soros, bem como críticas aos movimentos de contracultura e à influência dos poderosos traficantes colombianos que podem converter a democracia latino-americana em uma “narcocracia”.

Na sequência, o problema demográfico é apresentado. As taxas de natalidade superiores dentro das comunidades latinas nos Estados Unidos é um ponto de atenção, mas o destaque se dá para o crescimento geral das populações dos países latino-americanos sobre a população dos EUA, sendo que a região como um todo supera naquele momento histórico a população norte-americana. Ainda sobre a população latina em seu país, os autores tratam da questão com uma certa tranquilidade, uma vez que eles interpretam a vinda dos migrantes e o nascimento dos seus filhos como um processo de americanização — ou seja, esses migrantes estão dispostos a abrir mão de sua cultura em prol dos valores norte-americanos. Este fator de transição cultural, no entanto, precisa ser fomentado pelo governo dos EUA junto ao sistema educacional, algo que é mencionado no documento sem maiores detalhes.

Mais uma vez, a questão da dívida externa dos países latino-americanos é trazida como uma preocupação para os Estados Unidos. Mencionado que a região está endividada desde sua independência, passando da dependência econômica espanhola e portuguesa para a britânica e, posteriormente, a norte-americana, os autores fazem uma breve exposição sobre a situação econômica dos países da região, sem apontar para propostas desta vez.

Ao passar para a problemática da desindustrialização, também não há propostas apresentadas para reverter o processo que se iniciou nas Américas na década de 1990, mais de um século após se iniciar na Inglaterra. O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, melhor conhecido por NAFTA, é apontado como um dos principais motivos da desindustrialização norte-americana, que afetou sobretudo os estados da região dos grandes lagos, de grande tradição industrial. Na América Latina, o comércio internacional também é tido como o foco do processo de desgaste da indústria local com a fundação do Mercado Comum do Sul. O MERCOSUL, para os autores, é também responsável por enfraquecer as indústrias da Argentina e do Brasil, tendo como último resultado sociopolítico o crescimento dos governos populistas na região.

Avançando no documento, os autores falam da democracia populista na região de maneira geral. Fazendo uma rápida análise de conjuntura de países como Argentina, Brasil, México e Venezuela, eles afirmam que o estilo populista de governo está dominando a região no período pós-Guerra Fria e tende a avançar até os Estados Unidos. Sem aprofundar suas

análises em nenhum caso específico nem elencar propostas de atuação, a preocupação dos autores — que já foi mencionada em documentos anteriores de maneira mais enfática — é apenas reforçada para o próximo século; mencionando, inclusive, que as teorizações de Francis Fukuyama não poderiam estar mais errôneas sobre o fim da história.

Seguindo para falar sobre a desestabilização, o próximo ponto na lista dos nove Ds, volta-se a criticar fortemente a administração Clinton por deteriorar a capacidade dos EUA de atuarem internacionalmente. O foco na luta anticomunista para deter a URSS e sua influência mundial teria aberto espaço para a desestabilização interna da política norte-americana durante a Guerra Fria, fator esse que levou a perda de orientação dos políticos e burocratas nacionais sobre uma organização interna que priorizasse fatores estratégicos. Dentre essa desorganização resultante da desestabilização política, encontram-se como resultados o descaso e desinteresse dos Estados Unidos perante a América Latina — como é sempre ressaltado ao longo dos documentos — e a substituição dos valores americanos por valores pseudocientíficos.

O desflorestamento, penúltimo item tratado no documento de Santa Fé IV, é apresentado não somente como um problema ecológico em si, mas também com fortes reflexos sociais e, principalmente, econômicos. A queimada inconsequente de matas no Panamá é uma ilustração trazida para representar o risco que essas atitudes significam para a economia norte-americana e da região: o desflorestamento afeta o regime hídrico dos rios e lagos que compõem o Canal do Panamá e podem em alguns anos vir a interferir na passagem dos navios comerciais. É apontado que apenas uma solução bipartidária nos EUA com o auxílio de organizações governamentais e não-governamentais é capaz de resolver tal problemática, que tende a ser mais agravada na América do Sul pelo maior tempo necessário para as florestas se recomporem, segundo eles.

Por fim, ao abordar o declínio de poder dos Estados Unidos, os autores brevemente o relacionam à desconstrução das bases tradicionais do poder norte-americano construídas pelos presidentes Woodrow Wilson e Franklin Roosevelt (as quais serão posteriormente detalhadas) e a interferência excessiva dos EUA em assuntos europeus e extra-hemisféricos como pontos centrais. O declínio que, segundo eles, desde 1993 se tornou imperceptível tem raízes mais voltadas para o esvaziamento da cultura e dos valores do país do que propriamente voltadas para fins geopolíticos ou materiais, como os descritos durante o documento — drogas, demografia etc.

Citando novamente o filósofo marxista Antonio Gramsci, os autores de Santa Fé percebem que, ao mudar a cultura política da população, a mudança econômica e política está

diretamente condicionada. A perda dos valores norte-americanos propagada pela política externa inconsequente dos governos democratas (resultante em uma mudança cultural dentre os americanos) resultariam no início da falência da hegemonia dos EUA. Os autores citam os historiadores Oswald Spengler e Arnold Toynbee¹⁸ como visionários teóricos de tendências que grandes civilizações tomariam ao iniciar sua queda — e afirmam que sua interpretação da conjuntura política, social e econômica da realidade dos Estados Unidos converge com tais questões, mesmo que tentem não tomar uma abordagem pessimista no documento, segundo eles.

3.2 O DOCUMENTO SANTA FÉ II E AS PROPOSTAS PARA A AMÉRICA LATINA

Dada a relevância do segundo documento de Santa Fé, sua exposição será feita em um subcapítulo à parte, detalhando mais profundamente os apontamentos presentes¹⁹. A pesquisa quantitativa elenca uma série de categorias criadas propriamente para o trabalho, facilitando a associação entre os temas que se encontram dispersos ao longo do documento, apesar da divisão feita por parte dos autores (BARDIN, 2011).

Sendo publicado em 1988, o segundo documento acompanha características muito similares aos outros textos produzidos. Contendo 27 páginas ao todo, ele se divide em três partes que intercalam análises de conjuntura e propostas de atuação política. De início, os autores já apresentam que suas preocupações de oito anos atrás, expressas no documento original, ainda estão vigentes e foram, inclusive, agravadas. A introdução ao documento expõe que apesar dos ditos esforços do governo Reagan de fazer frente aos problemas mencionados, sua intensificação se deve à falta de um acordo bipartidário único que formasse uma doutrina nacional perante os problemas no continente.

Ainda em sua introdução, são tratados como problemas iminentes para os EUA a criação de mais Estados soviéticos nas Américas, crescimento de ameaças ao sistema financeiro internacional, aumento da taxa de criminalidade e narcotráfico na região, intensificação dos fluxos de migração e escalada da probabilidade de participação militar norte-americana no continente. Essas problemáticas, afirmam, são resultado do não-comprimento das estratégias advertidas no documento Santa Fé I e há o alerta de que se

¹⁸ Historiadores do século XX autores de livros como “O Declínio do Ocidente” (1918) e “Um Estudo da História” (1931).

¹⁹ Esta seção utiliza parte da análise de conteúdo documental apresentada no XXXV Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2023.

essa tendência permanecer, os Estados Unidos enfrentarão sua pior crise em 200 anos de história.

A necessidade de promover a democracia liberal no continente ganha um destaque significativo neste documento. Junto da introdução do texto há um espaço próprio para fazer esse destaque, no qual os autores trazem sua interpretação a respeito do sistema político institucional da América Latina. Para eles, os países latinos se constituem como “estatistas”, uma forma de governo na qual a sociedade perde a capacidade de exigir responsabilidade do regime — fator que viria a facilitar a aproximação entre os governos latino-americanos com o soviético. A promoção da democracia liberal, neste sentido, passa a ocupar um espaço central na estratégia de Santa Fé para garantir a hegemonia norte-americana na região.

Seguindo esta lógica de destaque para promoção da democracia, a primeira parte deste documento inicia tratando justamente deste tema. Denominada “Uma estratégia para o regime democrático”, esta parte inicia tratando da crença norte-americana que as eleições são suficientes para garantir a democracia e, na sequência, já apontam que essa crença não pode ser aplicável à América Latina. Devido ao estatismo previamente mencionado, os autores apontam que há uma distinção entre “estar no governo” e “deter o poder” — algo que para eles é dominado pelos soviéticos e aproveitado pelos políticos antidemocráticos da região.

É afirmado que os EUA precisam procurar meios para promover a cultura democrática entre as populações dos países latino-americanos. Com tal promoção, segundo eles, seria possível vir a ajustar o regime democrático e promover as instituições, mas não sem antes criar a devida cultura entre a população; citando, inclusive, o caso haitiano da troca de governo da família Duvalier²⁰ como um caso mal sucedido da transição democrática. Ainda em sua exposição descritiva, é apresentada a “ofensiva cultural marxista” como uma investida no continente para promover a guerra cultural, na qual os marxistas aplicam as teorizações de Antonio Gramsci para subverter as populações e os governos locais.

Como propostas, são apresentadas iniciativas para promover a democracia no âmbito burocrático e também da cultura política local. Destaca-se a constante citação a tornar mais democrático o próprio aparelho estatal dos governos da região, englobando não só questões de governo executivo, mas também se espalhando até o judiciário e as forças armadas. A respeito deste último, é recomendado que a parceria com o International Military and Education Training²¹ seja aprofundada para estabelecer uma cultura democrática dentro das instituições

²⁰ A família Duvalier governou o Haiti de 1957 a 1986, tendo como membros proeminentes François “Papa Doc” Duvalier e Jean-Claude “Baby Doc” Duvalier.

²¹ Programa de educação militar nos Estados Unidos para membros de forças armadas de outros países do mundo.

militares latino-americanas. Ainda, a United States Information Agency (USIA) é uma agência frequentemente mencionada neste documento. Apresentada nesta seção, é descrita como o órgão ideal para promover a diplomacia pública e levar adiante a guerra cultural contra o marxismo e o socialismo.

A segunda parte do documento de Santa Fé II tem foco na estratégia econômica. Dissertando sobre o desenvolvimento econômico dos países, suas relações comerciais e a situação da dívida externa dos Estados latinos, logo de início é apresentado que a estratégia econômica deve estar relacionada com o apoio ao regime democrático, sendo um modelo de sustentação para este último. A democracia, para eles, requer um sistema econômico saudável e independente do controle excessivo direto do governo. Para a boa manutenção de uma sociedade, afirmam, o desenvolvimento de um mercado privado é indispensável. A respeito da dívida externa dos países, ainda analisando a conjuntura de então, os autores afirmam que “uma das maiores decepções da era Reagan foi não utilizar a crise de endividamento para criar mercados de capital saudáveis como recomendou este comitê em 1980”.

No que se refere às primeiras propostas de atuação econômica, é elencado, inicialmente, o papel do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos em desenhar a formulação da solução da crise de endividamento estrutural que afeta os países da região. São apontados como caminhos para o desenvolvimento econômico a promoção do setor produtivo privado, a criação de mercados de capital nacional individuais nos países latino-americanos e a privatização de indústrias estatais existentes.

As demais propostas de caráter econômico nesta seção estão direcionadas para a área de agricultura e meio ambiente. São apresentadas as propostas de: utilizar da Iniciativa de la Cuenca del Caribe²², revitalizada²³, ampliada e estendida, para ampliar a variedade de produtos contemplados pela circulação livre de taxaço ao entrar nos EUA; elevar as vantagens comparativas no comércio de produtos agrícolas comercializados entre os EUA e os países latino-americanos; fomentar a compra de açúcar produzido na região do caribe, baixando as cotas protecionistas existentes; criar políticas de proteção ambiental a bosques e florestas tropicais com a ajuda da Organização de Estados Americanos, reflorestando áreas desmatadas para a produção agrícola. Ademais, ainda sobre esta última questão ambiental, é reforçada a proposta de criar a Escola Agrícola para os Trópicos Úmidos, inicialmente projetada para ser construída no Panamá em 1985.

²² Programa econômico organizado pelos EUA para desenvolver a economia e promover o comércio na região caribenha.

²³ Aponta-se que a Agência para o Desenvolvimento Internacional e a Corporação de Investimentos Privados no Exterior devem ser os órgãos responsáveis pelo investimento na promoção da ICC.

A seção seguinte do documento foi tratada como “Estratégia para trabalhar com as instituições permanentes das nações latino-americanas e fortalecer a cooperação regional”. A análise traçada pelos autores inicia afirmando que os principais pilares políticos dos governos latino-americanos são as forças armadas e o poder judicial. A promoção de políticas democráticas para a região, desse modo, deve ser orientada para englobar essas duas instituições — as quais são os órgãos principais que se relacionam com as questões do narcotráfico e dos conflitos de baixa intensidade.

Este último conceito, apresentado aqui pela primeira vez, é descrito como “uma forma de guerra que inclui operações psicológicas, desinformação, informação errônea, terrorismo, subversão cultural e religiosa”. As primeiras propostas desta seção são voltadas para lidar com esses conflitos, e é apresentada a necessidade de melhorar a lei de Reorganização do Departamento de Defesa Goldwater-Nichols, de 1986. A lei aprovada incluía mais apoio institucional e financeiro para as forças armadas dos EUA operarem nas denominadas Operações Especiais e nos conflitos de baixa intensidade. A partir dela, foi criado um Comando de Operações Especiais com um Sub-secretário de Defesa para Operações Especiais e Conflitos de Baixa Intensidade, contando com apoio do Congresso dos Estados Unidos.

Entre as estratégias, para além de melhorar a lei anteriormente citada — fazendo-a abarcar também questões de tráfico de drogas e operações psicológicas de inteligência —, também são propostas ampliar o financiamento das forças armadas dos países da América Latina (com destaque para o preparo contra insurgências de povos indígenas); controle dos meios de comunicação e opinião pública; e descomunicação das terras agricultáveis na América Latina — destacando o apoio bipartidário do Congresso para fazê-lo.

O restante das propostas desta seção envolvem diretamente a Organização dos Estados Americanos. As questões de dívida externa, segurança militar, migrações e narcotráfico deveriam ser muito mais debatidas no âmbito da OEA, segundo os autores. É sugerido que os EUA, ao auxiliarem no problema da dívida externa dos países junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e o Departamento do Tesouro, estarão demonstrando sensibilidade com os problemas econômicos ao auxiliarem a migração de latinos para os Estados Unidos.

Na sequência, afirma-se que o embaixador norte-americano na OEA deve obter um papel de maior destaque em todas as negociações. É dito, também, como de interesse especial dos EUA usar da OEA para aumentar o combate conjunto ao narcotráfico e que as operações de paz desta Organização, na região da América Central, são preferíveis que as orquestradas pela Organização das Nações Unidas. Alerta-se que as instituições internacionais são

indispensáveis para a promoção dos interesses norte-americanos e que a OEA é um dos melhores espaços para resolver as problemáticas do narcotráfico, da dívida, da pobreza, do crime, do terrorismo e da guerra no hemisfério.

A quarta e última parte do documento de Santa Fé II apresenta propostas específicas para cinco países de destaque da região: México, Colômbia, Brasil, Cuba e Panamá. As propostas voltadas para a próxima administração dos Estados Unidos na década seguinte reforçam o caráter de preocupação com a democracia nestes países. Contando, ao todo, com dez propostas, esta seção encerra o documento reafirmando as ideias de necessidade de democracia e estabilização financeira dos países, citando que o documento de Santa Fé II é um guia para os governantes transitarem para sucederem no desenvolvimento da região.

Para o México, vizinho imediato norte-americano, destacam-se as propostas de apoiar a todo custo a privatização de empresas estatais para enfrentar a dívida externa do país e a oferta de ajuda para melhorar o sistema judicial mexicano. Após uma breve análise da conjuntura interna do país, mencionando reformas realizadas pelo Partido Revolucionário Institucional, é afirmado que cerca de 85% da economia do país gira em torno do setor público — fator que representa, para eles, um problema reconhecido por funcionários públicos do país que precisam ser estimulados para mudar essa realidade.

Na sequência, a Colômbia também recebe propostas para melhorar seu sistema judiciário, com foco voltado para combater o tráfico de drogas. As forças armadas colombianas e o Ministério do Interior são destacados como instituições relevantes para combater o narcotráfico e as ameaças de subversão internas — destacados como as principais ameaças à democracia do país. Para os autores, a melhora dos aparatos de justiça da Colômbia para julgar rapidamente casos relacionados à tráfico, distribuição e produção de drogas é a chave central para impulsionar o desenvolvimento do país e frear uma subversão que transforme a região em uma “nova El Salvador”.

O próximo país a ser mencionado é o Brasil. Não existem muitas propostas diretas, sobressaindo uma análise de conjuntura mais densa sobre a realidade do país, que para eles é o gigante latino-americano que merece destaque e atenção especial por parte dos EUA — algo que foi secundarizado nas últimas décadas. A problemática central envolvendo o Brasil é sua fragilidade econômica nos anos de 1980: os autores apresentam que o país deve ser ajudado financeiramente para que possa realizar com sucesso sua transição para a democracia depois dos anos de governo “suave” e “livre de corrupção” representados pelo período do regime de 1964. Os caminhos para alinhar as relações entre EUA e Brasil, segundo eles, já estão traçados e apenas devem ser preservados. Este caminho se trata de um estabelecimento

diplomático criado por Henry Kissinger em 1976 que estipulava que o Secretário de Estado norte-americano e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil deveriam se encontrar presencialmente duas vezes por ano.

Para Cuba, por outro lado, há diversas propostas apresentadas no documento. Entre elas, destacam-se: negociações com a URSS para reduzir sua presença militar na ilha; dialogar com Fidel Castro sobre sua sucessão ao governo; utilizar da TV Martí para promover um canal de diálogo direto com os cubanos, fomentando uma educação cívica democrática; preparar os EUA para dialogar com as forças armadas cubanas após a morte de Fidel Castro para tentar alinhá-las aos interesses ocidentais; e indicar interesses de cessar o embargo caso o país transite para um modelo democrático de governo. A diferença encontrada nas referências à Cuba, neste documento, é de que as estratégias são muito mais simples e pragmáticas em comparação com as do documento Santa Fé I que indicavam a necessidade de vingança para retomar o controle dos EUA sobre o país.

Por fim, no que se refere ao Panamá, também há uma maior dissertação a respeito dos problemas do país e dos feitos pelos Estados Unidos nos últimos anos. Afirma-se que a simples retirada do presidente Manuel Noriega do poder não é suficiente para levar o país até a democracia, e que as instituições democráticas nacionais devem ser fortalecidas. Para a década seguinte e, sobretudo, para o próximo milênio, apontam que urge que os EUA se aproxime da administração do Canal do Panamá e a retenção de algumas bases militares na região para as forças militares norte-americanas.

Em resumo, a pesquisa de análise de conteúdo documental apresentada no Salão de Iniciação Científica da UFRGS previamente comentada aponta para os seguintes resultados. A tabela 01 faz referência à presença de conteúdo descritivo, ilustrando as preocupações dos autores e o resultado de sua análise de conjuntura; já a tabela 02 reúne categorias similares das diversas propostas apresentadas para serem empregadas na América Latina. Ambas tabelas apresentam categorias construídas para servirem à análise de conteúdo e servem de material suplementar ao presente trabalho (BARDIN, 2011).

Tabela 01 - Categorias de análise de conjuntura do documento Santa Fé II

Democracia	31
Economia e dívida externa	23
Terrorismo e narcotráfico	21
Comunismo	15

Influência e estratégia dos Estados Unidos da América	15
Influência e estratégia da União Soviética	13
Ineficácia da política externa dos Estados Unidos da América	13
Migrações	6
Organização dos Estados Americanos	5
Violência civil	4
Pobreza	3
Educação	2
Meio ambiente	2
Família e Costumes	1
Saúde Pública	1
Teologia da Libertação	1

Tabela 02 - Categorias de propostas do documento Santa Fé II

Democracia institucional	27
Economia e dívida externa	23
Conflitos de baixa intensidade	9
Cooperação militar	6
Laços diplomáticos	5
Prisão e controle por narcotráfico	3
Meio ambiente	3
Direitos humanos	2
Integração pela Organização dos Estados Americanos	2
Políticas sociais	1
Reforma agrária	1
Negociação com a União Soviética	1
Cooperação de infraestrutura	1

Como se pode perceber, nas partes descritivas de análise de conjuntura, o destaque da presença de temas encontrados nos documentos se dá para democracia, economia e dívida externa e terrorismo e narcotráfico — todos contando com mais de vinte referências diretas ao longo do documento. A respeito das propostas indicadas na parte normativa do documento, observa-se que a grande maioria das indicações converge com as questões recém mencionadas: promoção da democracia e manutenção da dívida externa dos países. Outras questões também são destacadas aqui, como o uso estratégico dos conflitos de baixa intensidade e o único exemplo de negociação com a União Soviética para tentar retirar Cuba da influência do bloco socialista.

Em conclusão, o documento de Santa Fé II representa uma retomada às ideias iniciais do Comitê de Santa Fé marcadas pela preocupação em reestruturar a hegemonia norte-americana sobre a América Latina. Os autores escrevem em sua declaração resumo que

A dívida, o terrorismo, as drogas, os Estados depredadores, as enormes migrações, as insurgências comunistas e a corrupção são só parte deste cenário [de crise]. O documento Santa Fé II é uma estratégia para atacar esses problemas e promover a democracia, a liberdade e a oportunidade econômica para toda a região em uma forma pró-ativa em lugar de reativa [...] O documento Santa Fé II é um guia para o caminho que deve ser transitado (2009, p. 25-26, tradução própria).

As formulações aqui apresentadas, bem como nos demais documentos vistos, marcam o caráter imperialista e expansionista da hegemonia dos Estados Unidos sobre a América Latina vistos no capítulo anterior. Apesar da identificação de uma falha recente na aplicação dessas políticas, os autores se esforçam para orientar os formuladores de políticas públicas em como retomar o sucesso da hegemonia norte-americana e sua capacidade de se garantir como uma forte influência na região. Contudo, para se observar mais precisamente se as orientações de Santa Fé foram aplicadas de fato na política externa dos EUA, urge uma análise mais detalhada da história diplomática do país para se fazer um paralelo com o período pós-1981.

4 SANTA FÉ E A POLÍTICA EXTERNA A PARTIR DE REAGAN

O produto das elaborações dos quatro documentos realizados pelo Comitê de Santa Fé foram pensados para serem implementados na diplomacia dos Estados Unidos da América. Uma vez que o Comitê passou a ter influência dentro do governo norte-americano a partir do mandato de Ronald Reagan, de 1981 até 1989, urge fazer uma análise deste período histórico comparando-o com o momento anterior da política externa dos EUA. Assim, será possível observar se houve mudanças significativas de padrão da atuação internacional dos Estados Unidos e se esta mudança se cristalizou em uma nova maneira do país intervir no mundo.

A diplomacia norte-americana nasce carregando uma característica moral e filosófica central a respeito do papel dos Estados Unidos da América no mundo. A dualidade entre o excepcionalismo e o universalismo norte-americano, desenvolvidos a partir da lógica protestante e puritana dos colonos do final do século XVIII, marcou a identidade central da política externa do país. O excepcionalismo apontava para as condições únicas providas por Deus para que os EUA se desenvolvessem protegidos por dois oceanos em um território abundante em espaço e em recursos como nenhum outro conhecia até então. O universalismo, por outro lado, incubiu ao povo desta nova nação a missão de propagar sua superioridade cultural e política para o restante do mundo (ANDERSON, 2015; FONSECA, 2007; LOSURDO, 2010; WEBER, 2004).

Excludentes e conflitantes entre si — uma vez que a excepcionalidade se perde na conquista do universalismo —, ambos valores permaneceram unidos na construção da nação que sucedeu os anos de independência. O foco, após a revolução que deu libertação inédita a uma colônia de um império em seu apogeu, nesse momento, era de garantir aos Estados Unidos capacidade de desenvolvimento interno sem interferências da Europa: a Marcha para o Oeste e a Doutrina Monroe representaram a expansão americana em busca de poder e o bloquear o continente de interferências políticas europeia nas américas, e vice-versa, para estabilizar a construção deste Estado (ANDERSON, 2015).

A perda de foco exclusivo na ampliação das fronteiras nacionais e estabilização interna²⁴ tem início com o governo de Woodrow Wilson, que, segundo Perry Anderson

²⁴ As referências encontradas para tratar da política externa dos Estados Unidos, sobretudo Anderson (2015) e Pecequillo (2011), fazem pouca análise da diplomacia norte-americana durante os princípios do século XIX e, de modo geral, o período posterior à independência e anterior à Primeira Guerra Mundial passa despercebido. Assim, embora tenha sido um momento de intenso contato dos EUA com o restante do mundo, expandindo sua influência internacional com a tomada das Ilhas Swan (1863), do Alasca (1867), do Havá e das Ilhas Wake (1897), de Cuba, Filipinas, Guam e Porto Rico (1898), Samoa Americana (1900) e das Ilhas Virgens Americanas (1917), este período histórico ainda é tido como de “foco em assuntos internos” para a literatura dominante. Mais

(2015), significa uma reviravolta na diplomacia do país. O governo que chegou ao poder em 1913 deu forte destaque para as pautas internacionais, ficando famoso pela criação dos seus 14 Pontos com orientações para a estrutura das relações internacionais e a criação da Liga das Nações. Segundo Anderson (2015), Wilson maximiza o *ethos* norte-americano de excepcionalismo e universalismo, pondo em prática de maneira mais efetiva do que nunca a missão dos Estados Unidos de levarem a liberdade para o mundo. O autor ilustra tal questão expondo algumas falas da campanha presidencial de Wilson de 1912:

Como nenhum outro presidente antes ou depois dele, Wilson deu voz, em tom messiânico, a cada acorde de presunção no repertório imperial. A religião, o capitalismo, a democracia, a paz e o poder dos Estados Unidos eram um só. “Ergam seus olhos para o horizonte dos negócios”, disse ele a vendedores norte-americanos, “e, com a inspiração do pensamento de que vocês são norte-americanos e estão destinados a levar a liberdade, a justiça, e os princípios da humanidade aonde quer que vão, saiam [...] e convertam essas pessoas aos princípios da América. [...] Eu acredito na Providência. Eu acredito que Deus presidiu a criação desta nação. Eu acredito que ele plantou nos EUA as visões da liberdade” (2015, p. 17).

A segunda reviravolta marcante na política externa norte-americana antes da chegada de Ronald Reagan à presidência se dá com o governo de Franklin Delano Roosevelt. Seus quatro mandatos que foram responsáveis por governar os EUA durante a maior parte da Segunda Guerra mundial e seu pródromo foram os verdadeiros responsáveis por estabelecer o domínio imperial dos Estados Unidos sobre o mundo. Durante o conflito, as preocupações de Roosevelt estavam voltadas muito mais para o estabelecimento da ordem internacional capitalista do pós-Guerra do que propriamente no conflito armado — seja no combate ao nazifascismo ou ao outro inimigo ainda mais desafiador, a União Soviética (ANDERSON, 2015).

Trabalhando com o sucesso econômico do New Deal e a preservação de estrutura física que os outros grandes Estados de então faltavam, abriu-se espaço para a construção da estabilização completa da hegemonia norte-americana (KRIPPENDORFF, 2006). A Segunda Guerra Mundial e o ataque japonês à Pearl Harbour, em especial, uniram duas correntes políticas internas dos EUA em um projeto nacional de projeção de poder: de um lado, os os nacionalistas intervencionistas representantes do capital bancário e corporativo favoráveis a uma maior atuação do país no mundo; de outro, os nacionalistas isolacionistas, representados

informações podem ser vistas no trabalho de Immerwahr (2019) cujo acesso foi restrito e serve de referência para pesquisas futuras.

pelos produtores agrícolas e proprietários de pequenas empresas²⁵. Essa união político-econômica no período da Guerra foi a responsável por criar uma síntese duradoura da nova estratégia norte-americana no mundo e cristalizar, desse modo, o projeto imperialista dos Estados Unidos (ANDERSON, 2015).

Depois da devida estabilização do império norte-americano com Roosevelt, os processos políticos da Segunda Guerra Mundial são finalizados com seu sucessor, o democrata Harry Truman. Embora seu governo não seja visto como revolucionário na administração da diplomacia do país, há um destaque especial para a virada discursiva empregada no fazer da guerra que ocorre neste período e serve de mecanismo especial para a sequência da política externa dos EUA nos anos seguintes. A partir de Truman, o Departamento de Guerra passa a se chamar Departamento de Defesa, ao mesmo tempo que as invasões militares norte-americanas passam a se denominar missões humanitárias (ANDERSON, 2015).

Ao mesmo tempo, Truman foi o presidente que gerenciou o nascimento da Guerra Fria e durante seu mandato foi desenvolvido o National Security Council Memorandum 20/4 de 1948. O documento, melhor conhecido como NSC-20/4 prescreve como questões de segurança nacional aos EUA a contenção e expansão da União Soviética e da ideologia socialista em outros espaços do planeta. Neste momento, a ideia de conter a URSS se mistura com as ideologias já existentes da diplomacia dos Estados Unidos e, segundo Pecequillo (2011), marcam o distanciamento formal da política externa prevista por Washington e os demais Pais Fundadores para o país.

O período de Ronald Reagan na Casa Branca, seis governos depois de Truman, é descrito pelo diplomata norte-americano Henry Kissinger (2001) como não tão diferente das gestões anteriores ao se observar a atuação internacional dos Estados Unidos. Sua campanha presidencial que foi distinta por contar com a forte presença do discurso anticomunista acabou por resultar, em governo, em uma continuidade nas investidas contra a influência soviética — alternando-se apenas o meio pelas quais as investidas eram empregadas. Para sustentar ideologicamente seu discurso militante contra a União Soviética, a diplomacia de Reagan

²⁵ Anderson (2015) afirma: “O primeiro [os nacionalistas isolacionistas] sempre havia olhado de forma mais positiva para o Pacífico como uma extensão natural da fronteira e procurou vingança irrestrita pelo ataque ao Havaí. O último [os nacionalistas intervencionistas], orientado para os mercados e investimentos por todo o Atlântico, ameaçados pela Nova Ordem de Hitler, possuía horizontes mais amplos. Renovados pela ascensão dos novos bancos de investimento e empresas de capital intensivo comprometidos com o livre-comércio, cada qual um componente-chave no bloco político que apoiava Roosevelt, esses interesses satisfaziam os gestores da economia de guerra. Eles aguardavam ansiosamente, para além dos exorbitantes lucros internos durante o combate, ‘limpar’ a Europa depois disso” (p. 29-30).

herda todas as características relevantes da política externa norte-americana destacadas²⁶: o excepcionalismo e o universalismo originais; o messianismo simplificado de Wilson; o legado imperialista de Roosevelt; e o compromisso anticomunista de Truman (ANDERSON, 2015; KISSINGER, 2001; PECEQUILO, 2011).

A doutrina Reagan que organizou a estratégia norte-americana do período, então, passou a ter um inegável foco na luta contra o bloco desafiador ao ocidente capitalista. Seus métodos, no entanto, consistiam em investidas menores e mais numerosas em espaços do Terceiro Mundo nos quais havia disputas entre forças patrocinadas de um lado pelos EUA e de outro pela URSS. As investidas que ganharam o título de “conflitos de baixa intensidade” representaram a principal forma de atuação norte-americana para deter a expansão comunista no mundo, com o financiamento de guerrilhas, grupos contrarrevolucionários ou promoção de golpes de Estado (HALLIDAY, 2005; 2012; KISSINGER, 2001).

A estratégia de Reagan, por outro lado, não se limitava às iniciativas militares. A política de promoção dos Direitos Humanos e da democracia liberal foram questões centrais para a política externa dos EUA nesse período. A ideia de também se sobrepôr à União Soviética em um campo ético e cultural era essencial para engajar a opinião pública a favor dos Estados Unidos. Neste sentido, criou-se uma quebra de expectativa em relação à diplomacia de Reagan: o presidente com pouco conhecimento histórico e diplomático, eleito pelo discurso agitador de combate efervescente ao comunismo prometia, segundo o senso comum, entregar uma política externa violenta, apelativa às armas nucleares e distante à ideia dos direitos fundamentais da humanidade (BELL, 1989; KISSINGER, 2001).

A ideia comum de que os governos republicanos são mais violentos e promotores de conflitos já era predominante. Coral Bell (1989), todavia, enfatiza que dos grandes conflitos armados do século XX, sempre foram líderes democratas que tiveram a iniciativa de envolver os Estados Unidos²⁷. À parte dessa questão, a promoção da democracia e dos Direitos Humanos representa um paradoxo interessante em primeira análise. Considerando-se, entretanto, as formulações do Comitê de Santa Fé, percebe-se o teor gramsciano de hegemonia político-cultural nesta iniciativa.

A aplicação desta prática foi efetivamente empregada por parte dos Estados Unidos e passou a servir como mais um capítulo da iniciativa de Truman de usar o discurso como

²⁶ Anderson (2015) aponta que a partir de Franklin D. Roosevelt os Estados Unidos passam a tomar o papel, com sua atuação internacional, não de defensores de um interesse nacional, mas de defensores de todo o sistema capitalista, trazendo exemplos de momentos que o país se permite privilegiar o capital europeu ou japonês em vez do seu, visando estabilizar e fortalecer o sistema capitalista nessas regiões.

²⁷ Wilson na Primeira Guerra Mundial, Roosevelt na Segunda Guerra Mundial, Truman para a Guerra Fria e a Guerra da Coreia e John Kennedy e Lyndon Johnson para a Guerra do Vietnã.

estratégia — promover a luta contra a URSS passou a ser sinônimo de lutar pela liberdade, pela dignidade humana e por um sistema econômico que se provava dinâmico em comparação ao outro já em declínio. Como resume Kissinger,

Na verdade, Reagan levou o wilsonismo à sua conclusão mais extrema. Os Estados Unidos não esperariam passivamente que as instituições livres evoluíssem, nem simplesmente resistiriam às ameaças diretas à sua segurança. Em vez disso, promoveriam ativamente a democracia, recompensando os países que correspondessem aos seus ideais e punindo aqueles que não o fizessem. Desta forma, a equipe de Reagan virou de cabeça para baixo as reivindicações dos primeiros bolcheviques: os valores democráticos, e não os do Manifesto Comunista, seriam a onda do futuro. E a equipa de Reagan foi consistente, pressionando o regime conservador de Pinochet no Chile e o regime autoritário de Marcos nas Filipinas para reformas (2001, p. 768, tradução própria).

A síntese de Pecequilo (2011) a respeito dos padrões da política externa norte-americana afirma que não há uma mudança ou uma reorientação significativa na sua estratégia internacional. A diplomacia dos EUA, ao longo de suas três fases (da independência até a Segunda Guerra Mundial, do fim deste último conflito até o fim da Guerra Fria e, por último, de 1991 à atualidade) é caracterizada como um acúmulo de doutrinas e experimentos anteriores que somam estratégias e orientações que garantem a manutenção da ordem mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos (STANKIEWICZ, 2006). Embora a hegemonia americana apresente, hoje, elementos de contestação — fator, este, negado por Pecequilo (2011) — ainda não há, no meu melhor conhecimento, elementos de análise disponíveis que apontam para uma reorientação completa da política externa dos Estados Unidos admitindo a perda de espaço do Sistema Internacional por parte do país.

A doutrina Reagan estabeleceu novas abordagens de inserção internacional dos EUA em um momento definitivo para dar fim à Guerra Fria e conter a expansão do socialismo após sete décadas de ascensão. Os períodos de *détente* sustentados principalmente durante governos republicanos tiveram seu apogeu com a diplomacia de Ronald Reagan e sucederam-se até a dissolução completa da União Soviética durante o governo de seu vice-presidente e sucessor, George H. W. Bush (ANDERSON, 2015; KISSINGER, 2001; PECEQUILO, 2011).

Em resumo, Reagan seguiu o padrão histórico da diplomacia norte-americana ao se orientar por uma linha única com tradições e visões que têm origens no período da independência do país, somando atualizações necessárias que sucederam diversos governos em distintos períodos históricos. O terceiro grande ciclo da diplomacia norte-americana teve início em seu governo, com as negociações e investidas internacionais que conceberam o fim

da URSS. Somados a esse padrão diplomático, no entanto, entram as propostas do Comitê de Santa Fé que dão o caráter distintivo e único ao governo Reagan de eficiente combatente ao bloco socialista (ANDERSON, 2015; PECEQUILO, 2011; PEIXOTO, 1981; HALLIDAY, 2012).

Para além das medidas militares e securitárias, o governo Reagan ficou mais conhecido internacionalmente, não obstante, pelas medidas econômicas promovidas junto dos Estados Unidos. Ao lado do governo de Margareth Thatcher (1979-1990) no Reino Unido, ambos líderes foram assíduos promotores da doutrina neoliberal — uma formulação política e econômica que defendia a extensão do tradicional liberalismo ocidental, com a valorização do indivíduo, das liberdades individuais, da livre iniciativa econômica, do comércio internacional e da redução da presença e interferência do Estado na sociedade (HARVEY, 2005). O incentivo a tais medidas por parte dos governos britânico e norte-americano, muitas vezes, são tratados como naturais e próprios da ideologia dos dirigentes. Apesar disso, existiram iniciativas preocupadas em orientar acadêmica e teoricamente as sustentações deste novo regime econômico, bem como listar quais medidas deveriam ser tomadas por parte dos Estados para que sua aplicação fosse bem sucedida (SANTOS, 1999).

Um destes grupos, segundo Theotônio dos Santos (1999) foi o próprio Comitê de Santa Fé, aqui analisado. Outro, trata-se da Sociedade de Mont Pèlerin, no qual uma série de economistas inspirados nos textos de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek se reuniram na Suíça para debater as bases desejadas da economia mundial após o fim da Segunda Guerra. Esses dois grupos ilustram a relevância que os *think tanks* possuem na idealização de políticas a serem implementados por seus Estados e, também, o papel dos intelectuais na construção e manutenção da realidade (TEIXEIRA, 2007).

As medidas estruturais já haviam sido implementadas entre a década de 1940 e 1950: a Conferência de Bretton Woods marca o início de um novo período na economia internacional com a supremacia dos Estados Unidos com o controle do dólar e instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional adquirem aqui um papel estratégico já discutido. Décadas depois, o projeto avançou com as iniciativas internas e externas de Thatcher e Reagan ao promoverem parte das iniciativas neoliberais, estimulando privatizações, redução do investimento estatal em serviços sociais básicos, promoção de flexibilização de leis trabalhistas e cortes de impostos para indivíduos de alta renda e empresas (AYERBE, 2002). No final da década, a promoção dessas iniciativas foi formalmente orientada para o restante dos países do globo com o Consenso de Washington,

cujos pontos apontavam para essas medidas, acrescidas de questões como disciplina fiscal, reforma tributária, livre comércio e liberalização de importações (BATISTA, 1994).

O Consenso de Washington representou de forma clara e ordenada as orientações dos Estados Unidos às nações do Terceiro Mundo, mas não marcou precisamente a inauguração de uma nova prática ou doutrina política e econômica. As orientações neoliberais já estavam vigentes com Ronald Reagan nos EUA com as propostas elencadas nos documentos de Santa Fé e demais teorizações sobre este sistema já eram articuladas desde o final da Segunda Guerra Mundial. Tais práticas são tanto auxiliares à perpetuação e manutenção da ordem econômica mundial vigente — que remete às questões de imperialismo e neocolonialismo vistas —, quanto de contrapeso e freio aos Estados do Terceiro Mundo e da América Latina especialmente para não seguirem linhas de fortalecimento econômico e político que acelerem seus níveis de desenvolvimento tal como ocorreu nos países centrais do capitalismo (AYERBE, 2002; BATISTA, 1994; CHANG, 2004).

Em suma, os padrões da política externa dos Estados Unidos foram inicialmente desenvolvidos no momento de sua independência e constantemente atualizados de acordo com as necessidades de cada período histórico, seguindo uma mesma linha filosófica de excepcionalismo e universalismo. Com Ronald Reagan, são adicionadas questões diretas de combate ao comunismo e promoção do capitalismo no Terceiro Mundo orientadas a partir das propostas do Comitê de Santa Fé. Neste sentido, a doutrina Reagan acabou por internalizar tais propostas, resultando em uma diplomacia ativa em combater a União Soviética e sua influência internacional e também promovendo práticas políticas e econômicas consoantes ao Consenso de Washington — tendo, assim, a própria promoção do neoliberalismo como prática diplomática.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar o impacto das formulações do Comitê de Santa Fé para o desenvolvimento da política externa dos Estados Unidos da América para a América Latina a partir da década de 1980. De início, a atuação internacional dos EUA foi contextualizada em um plano histórico de imperialismo e neocolonialismo, estabelecendo sua hegemonia sobre os países latino-americanos através de suas capacidades econômicas e militares. Na sequência, foram apresentadas as formulações dos documentos desenvolvidos pelo Comitê de Santa Fé e concluiu-se relacionando-as à prática diplomática do governo de Ronald Reagan, culminando em ofensivas anticomunistas no Terceiro Mundo e a propagação do modelo político-econômico neoliberal.

No que tange às questões históricas de estabelecimento da ordem internacional, o trabalho partiu de uma interpretação política e econômica para analisar o curso dos eventos tratados, tendo o capitalismo como estruturante e condicionador das relações internacionais. A necessidade da prática imperialista por parte dos Estados europeus e, posteriormente, dos Estados Unidos também, deu a eles acesso ao desenvolvimento social através da exploração do que se estabeleceu como a periferia do sistema: África, Ásia e América Latina. Rompido o pacto colonial, séculos depois, a dominação teve sequência com o modelo neocolonial, uma adaptação da prática imperialista aos países que haviam adquirido sua independência e continuavam sujeitos à vulnerabilidade social, política e econômica.

Os Estados Unidos da América, que obteve características distintas e específicas em seu processo colonizatório, desde o início contou com uma visão excepcionalista a respeito de sua própria existência enquanto nação. Esta percepção dava, ao mesmo tempo, uma missão e responsabilidade civilizatória junto ao resto do mundo. Sua prática diplomática ao longo dos anos desenvolveu estas características e acabou por incorporar a América Latina como a primeira região de imediata influência e resguardo do país frente ao expansionismo europeu.

Poucos anos após sua independência o país já afirmava tal percepção de maneira oficial junto à Doutrina Monroe e, posteriormente, deu um passo adiante admitindo a possibilidade de interferência nos assuntos internos dos Estados latino-americanos caso necessário para garantir a segurança hemisférica com o Corolário Roosevelt. Já no final da Segunda Guerra Mundial, o país assumia o papel de liderança ocidental e de protetor do sistema capitalista, focalizando a partir de então sua energia para combater o socialismo e a União Soviética.

Ao longo dos anos, a ética excepcionalista da política externa dos Estados Unidos não foi alterada e a crença na ideia de que o país seria abençoado por Deus para levar liberdade e progresso para o mundo foi apenas fomentada com novas atualizações. Impulsionado pelos ideários da Doutrina Monroe e do Corolário Roosevelt, o presidente Wilson no início do século XX lidera um movimento político para inserir os EUA diretamente em questões internacionais, levando o país para a Primeira Guerra Mundial e criando a Liga das Nações; com Franklin D. Roosevelt o país adquire capital político verdadeiramente imperial e tem sua hegemonia estabelecida no mundo ocidental; Truman inaugura a Guerra Fria e cria o compromisso da luta anticomunista liderada pelos EUA; e nos anos 1980, Reagan assume a presidência influenciado pelo Comitê de Santa Fé.

Este grupo de intelectuais, militares, burocratas e empresários que redigiram uma série de documentos com análises de conjuntura e propostas de atuação internacional para os EUA foram prontamente integrados à equipe de Reagan na Casa Branca. Ao longo de quatro documentos, elaboraram o que ficou conhecido como Doutrina Reagan, unindo investidas militares e securitárias de menor grau com atuações político-econômicas. Com uma narrativa conspiratória, os documentos afirmavam categoricamente que a luta anticomunista e a restauração da hegemonia dos EUA sobre a América Latina — que havia, segundo eles, sido perdida — eram essenciais para frear o avanço soviético e prevenir a queda dos Estados Unidos. Muitos membros do Comitê tomaram postos no governo norte-americano e em sua diplomacia, podendo intervir diretamente nos países da América Latina alvo de sua estratégia.

As medidas militares ficaram conhecidas por conflitos de baixa intensidade, que incluíam patrocínio para grupos contrarrevolucionários, promoção de golpes de Estado e tentativa de construção de hegemonia de valores com o uso inclusive de guerras psicológicas. As medidas econômicas, por sua vez, envolviam a utilização de organizações internacionais comprometidas com a prática neoliberal estruturadas no fim do pós-Guerra. Combinadas as estratégias, os Estados Unidos puderam exitosamente garantir sua hegemonia sobre os países da região e dar sequência à sua trajetória expansionista.

Neste sentido, o estudo do Comitê de Santa Fé e sua inserção na atuação diplomática dos EUA traz conclusões importantes para esta monografia. Primeiramente, traçando um paralelo com Marx e Engels em sua obra o Manifesto Comunista, originalmente publicado em 1848, percebe-se que o "espectro do comunismo", imagem irônica criada pelos autores em meados do século XIX, continua presente e ronda não apenas a velha Europa, mas também toda a América Latina. Os documentos de Santa Fé comprovam que esta força contrária ao capitalismo era fonte de grande preocupação do Estado norte-americano e, enquanto a União

Soviética não fosse dissolvida, não haveria perspectiva de continuidade da hegemonia dos Estados Unidos da América²⁸. Diversas medidas foram elaboradas e propostas pelo Comitê para garantir a soberania de seu país, promover a democracia, os Direitos Humanos e a estabilidade econômica dos países da região. No entanto, o que se percebe em última análise é que todas essas medidas tinham como foco principal a prevenção do avanço do comunismo sobre esses espaços, ou a sua expulsão de onde sua chegada já havia sido aproximada.

Em segundo lugar, constata-se que os Estados Unidos usaram de todas suas capacidades para garantir sua estabilidade na América Latina. Para além das medidas militares já conhecidas e amplamente tratadas na literatura de Relações Internacionais, as medidas econômicas tomadas pelo governo Reagan, em conjunto com organizações e regimes internacionais criados desde o fim da Segunda Guerra, apontam para a defesa e a promoção da doutrina neoliberal como a própria prática de política externa dos Estados Unidos.

Este trabalho conclui, portanto, que as elaborações de Santa Fé tiveram grande impacto na política externa dos Estados Unidos a partir do governo Reagan, resultando na cristalização das práticas imperialistas do pós-Guerra Fria. Tais práticas somaram e privilegiaram às tradicionais investidas militares dos EUA o uso direto de agências econômicas e financeiras internacionais para garantir a soberania do país sobre a região, formalizando um modelo mais discreto de perpetuação de sua hegemonia. Dessa maneira, os Estados Unidos fizeram da doutrina neoliberal sua prática de política externa e a transformaram na etapa contemporânea do imperialismo.

De maneira geral, o trabalho evidencia que a política externa é fruto de ação humana e de construção intelectual em dada conjuntura política, econômica e social, sempre determinada por condicionantes históricos. Intelectuais orgânicos, no sentido de Gramsci, que estejam em sintonia com os interesses das elites políticas e econômicas e que tenham a capacidade de entender a realidade, podem propor interpretações do mundo, cenários e caminhos de ação passíveis de serem efetivados. Foi o que aconteceu com o Comitê Santa Fé, cujo trabalho e ação ajudou a mudar a agenda política do Ocidente, particularmente da América Latina, dando importantes contribuições para o que se convencionou chamar Neoliberalismo e Consenso de Washington.

Por fim, esta pesquisa abre caminho para novos trabalhos que indiquem outras ações intelectuais e políticas que indiquem o que Plekhanov, em trabalho clássico, caracterizou como o papel do indivíduo na História; no caso, na História das Relações Internacionais.

²⁸ Cabe salientar que o fim da União Soviética, no entanto, não acabou com o medo do comunismo, mesmo quando não se constitui em efetiva ameaça à hegemonia do capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Maurício. Em busca da funda de Davi. Uma análise estratégica da conjuntura. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo. 2019. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/595028-em-busca-da-funda-de-davi-uma-analise-estrategica-da-conjuntura>>. Acesso em 15 dez. 2023.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

AYERBE, Luís F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *In*: LIMA SOBRINHO, Alexandre Barbosa *et al.* **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELL, Coral. **The Reagan Paradox: American foreign policy in the 1980s**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989.

BEMIS, Samuel Flagg. **The Latin American Policy of the United States: an historical interpretation**. San Diego: Harcourt, 1943.

CARRERAS, José Urbano Martínez. **Introducción a la Historia Contemporánea 1770-1918**. Madri: Ediciones Istmo, 1985.

CATTAI, Júlio Barnez Pignata. **O estandarte silencioso: a United States Information Agency na mídia impressa do Brasil - Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa (1953-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) - USP. São Paulo, 2011.

CATTAI, Júlio. **Guerra Fria e propaganda: a US Information Agency no Brasil (1953-1964)**. São Paulo: Appris, 2019.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CULL, Nicholas J. **The decline and fall of the United States Information Agency: American Public Diplomacy, 1989-2001**. New York: St. Martin's Press, 2012.

DOCUMENTOS DE SANTA FÉ. **Proyecto Emancipación**, 2009. Disponível em: <oocities.org/proyectoemancipacion/documentossantafe/documentos_sant>. Acesso em 15 dez. 2023.

DUROSELLE, Jean Baptiste. **A Europa de 1815 aos nossos dias**. São Paulo: Pioneira, 1976.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Marcelo P.; FREITAS, Alexandre J.; WEGNER, Rubia C. A relação conflituosa entre a Argentina e o FMI: capítulos recentes de uma longa história. **OIKOS**, v. 9, n. 13. 2020.

FONSECA, Carlos da. Deus está do nosso lado: excepcionalismo e religião nos EUA. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 1, p. 149–185, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GÓMEZ, Pedro Fatjó. La geopolítica de las bases militares. **Instituto Español de Estudios Estratégicos**. 2017.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

IMMERWAHR, Daniel. **How to hide an Empire: a history of the Greater United States**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2019.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LOSURDO, Domenico. O que significa hoje internacionalismo? **Marxist Internet Archives**, 2018. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/losurdo/ano/mes/internacionalismo.htm>>. Acesso em 02 jan. 2024.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

HALLIDAY, Fred. **Cold War, Third World: an essay on Soviet-US Relations**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

HALLIDAY, Fred. **Génesis de la Segunda Guerra Fría**. Barcelona: Editorial Crítica, 2005.

HARVEY, David. **A brief history of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HOBSON, John Atkinson. **Imperialism: a study**. London: James Nisbet & Co., 1902.
- HOLT, Robert T.; VELDE, Robert W. van de. **Psychological operations and American Foreign Policy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.
- HUNT, Emery Kay. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
- KISSINGER, Henry. **La diplomacia**. Distrito Federal: FCE, 2001.
- KRIPPENDORFF, Ekkehart. **História das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- MACHADO, Rodolfo Costa. **Por dentro da Liga Mundial Anticomunista – gênese e gestão da WACL: filonazistas, contrarrevolução asiática e o protótipo latino-americano da Operação Condor (1943-1976)**. Tese (Doutorado em História) - PUCSP. São Paulo, 2022.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo: a economia da política externa norte-americana**. Porto: Portucalense, 1972.
- MATIASCIC, Vanessa Braga. **El Salvador: da guerra civil às reformas institucionais dos anos 1990**. Tese (Doutorado em História) - UNESP. Franca, 2014.
- MECHAM, J. Lloyd. **A survey of United States-Latin America Relations**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1965.
- N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo, último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- PEIXOTO, Fernando. **Documento secreto da política Reagan para a América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SANTOMAURO, Fernando. **A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- SANTOS, Osnar Gomes dos. Do Relatório Rockefeller ao Comitê de Santa Fé: a Igreja Católica da América Latina ante a desconfiança do tio Sam (1969-2000). **Revista Crítica Histórica**, v. 12, n. 23, p. 399-418. 2021.
- SANTOS, Theotônio dos. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Marxists Internet Archives**, 1999. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/santos-theotonio/1999/06/90.pdf>>. Acesso em 16 jan. 2024.
- SILVINA, María Romano. Life: geopolítica y guerra psicológica en América Latina. **Argumentos**, v. 29, n. 80. Distrito Federal, México, 2016.

SMITH, Roberto. La zona franco de la Comunidad Financiera Africana (CFA), su vínculo con el Euro. Neocolonialismo aplicado? **Centro de Investigaciones de la Economía Mundial**, n. 06. La Habana, 2004.

STANKIEWICZ, Wojciech. Foreign affairs in Democratic and Republican policies: a comparative study. **Polish Political Science**, v. 34, 2005.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os Think Tanks e sua influência na política externa dos EUA: a arte de pensar o impensável**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TONIAL, Marcos Paulo. **A política externa de Reagan e a redemocratização da América Latina (1981-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS. Porto Alegre, 2003.

WASSERMAN, Claudia. **História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Politics of Independence and Unity**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Companhia das Letras: São Paulo, 2004.

WEINER, Tim. **Legacy of ashes: the history of the CIA**. New York: Doubleday, 2007.